

MURILO FABRI REZENDE DE SOUZA

**Gerenciamento de programas de futebol como instrumento de integração social
para refugiados em São Paulo**

Versão Original

Dissertação apresentada à Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em Ciências, Programa de Pós-Graduação Educação Física e Esporte.

Área de Concentração: Aspectos pedagógicos e socioculturais do esporte

Orientador: Prof. Dr. Claudio Miranda da Rocha

Ribeirão Preto

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

De Souza, Murilo Fabri Rezende

Gerenciamento de programas de futebol como instrumento de integração social para refugiados em São Paulo. Ribeirão Preto, 2022.

95 f.

Dissertação de Mestrado, apresentada à Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Atividade Física e Esporte.

Versão Original

Orientador: Rocha, Claudio Miranda da.

1. Gestão esportiva. 2. Refugiados. 3. Futebol. 4. Integração social 5. Programas esportivos

Nome: DE SOUZA, Murilo Fabri Resende

Título: Gerenciamento de programas de futebol como instrumento de integração social para refugiados em São Paulo

Dissertação apresentada à Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Luciana Romano Morilas

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto USP (FEARP/USP)

Julgamento: _____

Profa. Dra. Cacilda Mendes dos Santos Amaral

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Julgamento: _____

Prof. Dr. Marcio Pereira Morato

Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto, USP (EEFERP-USP)

Julgamento: _____

RESUMO

DE SOUZA, Murilo Fabri Rezende. **Gerenciamento de programas de futebol como instrumento de integração social para Refugiados em São Paulo**. 2022. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física e Esporte) – Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2022.

Os refugiados são pessoas que fogem de perseguições devido à raça, religião, nacionalidade, opinião política ou outros fatores. Por isto têm dificuldades em se valer da proteção de sua nação e tampouco querem, em curto prazo, retornar ao seu país de origem. O principal argumento deste projeto de pesquisa é o que o esporte, mais especificamente o futebol, pode-se tornar uma importante ferramenta de integração social de refugiados, quando bem administrado. O objetivo desta pesquisa é descrever, a partir do ponto de vista dos refugiados na cidade de São Paulo, Brasil, como o futebol pode influenciar o quadro de integração social destes. A coleta de dados aconteceu por meio de 12 entrevistas semiestruturadas com refugiados adultos do sexo masculino, praticantes e não praticantes de futebol. O contato com os refugiados se deu através de organizações não governamentais (ONGs) que oferecem programas educacionais e esportivos a refugiados no Brasil. A análise dos dados foi feita através de análise temática. Os resultados revelaram sete temas: (1) futebol como meio do aprendizado ou aperfeiçoamento da língua portuguesa, (2) futebol como intercâmbio cultural, (3) futebol como instrumento de visibilidade para as causas dos refugiados, (4) futebol como desenvolvedor de vínculos, relacionamentos e amizades, (5) futebol como peça fundamental de lazer, (6) futebol como evidenciador do racismo e da discriminação social e racial e (7) dificuldade da prática do futebol devido logística e ausência de locais adequados para o esporte. Estes temas são explorados e discutidos como fatores positivos e negativos do futebol enquanto instrumento de integração social de refugiados.

Palavras-chave: futebol, gestão do esporte, integração social, refugiados.

ABSTRACT

DE SOUZA, Murilo Fabri Rezende. **Managing football programmes as instruments for social integration of refugees in São Paulo**. 2022. 95 f. Dissertation (MPhil in Physical Education and Sport) – School of Physical Education and Sport of Ribeirao Preto, University of Sao Paulo, Ribeirão Preto, 2022.

Refugees are people who escape persecution due to race, religion, nationality, political opinion, and other factors. For this reason, they have difficulties to trust their nation's protection do not want to return to their country of origin in the short term. The main argument of this research project is that sport, more specifically football, can represent an important tool for the social integration of refugees, when professionally managed. The objective of this research is to describe, from the point of view of refugees in São Paulo city, Brazil, how football can influence their social integration. The data collection was through 12 semi-structured interviews with male refugees, 18 years old or older, participants and non-participants of football. Participants were contacted through NGOs that offer educational and sporting programmes for refugees. Data analysis was done using thematic analysis. Result revealed seven themes: (1) football as means to improve Portuguese language, (2) football as cultural exchange tool, (3) football as a tool to give visibility for refugee causes, (4) football to promote links, relationships, and friendships, (5) football as leisure tool, (6) football as a means to show racism and discrimination, and (7) difficulties for football practice due to lack of appropriate places. These themes are explored and discussed as positive and negative factors associated to football as an instrument for social integrations of refugees.

Keywords: football, sport management, social integration, refugees.

SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	5
1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Objetivo Geral	11
1.2 Objetivos Específicos	11
2 REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 Imigrantes Forçados, Solicitantes de Asilo e Refugiados	12
2.1.1 Números no mundo e no Brasil	12
2.1.2 Definição de termos	16
2.2. Esporte como Ferramenta para Integração Social de Refugiados	18
2.2.1 Desafios das Pesquisas com Refugiados e Esporte	25
2.2.2 Efetividade da Integração Social de Refugiados Através do Esporte	33
2.2.3 Refugiados, Esporte e Saúde	38
2.2.4 Refugiados, Esporte e Artes	42
2.2.5 Refugiados, Esporte e Sustentabilidade	44
2.3. Modelo Conceitual para Integração Social de Refugiados	49
3 METODOLOGIA	56
3.1 Delineamento do Estudo	56
3.2 Participantes	56
3.3 Procedimentos de Coleta de Dados	56
3.4 Roteiro para Entrevistas	59
3.5 Análise de Dados	60
3.6 Aspectos Éticos	60

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DE DADOS	62
5 CONCLUSÕES	72
REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o mundo tem testemunhado um constante fluxo migratório em diversas localidades geográficas. Motivados pelo sonho de melhores condições de vida ou forçados a buscar acolhimento em outro local, pessoas deslocam-se de seu país natal por conta de conflitos internos, instabilidade econômica, ocupação externa, confrontos de cunho político ou em decorrência de catástrofes naturais. Além disto, a violação de direitos humanos, como violência, discriminação racial, intolerância religiosa ou quaisquer outros fatores que ameacem a vida, a segurança e a liberdade do indivíduo, frequentemente observadas nestas situações, contribuem sobremaneira para o deslocamento de pessoas. Pessoas que se deslocam de seu país de origem podem ser migrantes, migrantes forçados ou refugiados. Migrantes são pessoas que se deslocam para melhorarem suas circunstâncias de vida por meio de empregos superiores, educação, eventos familiares, ou outras razões. Esses indivíduos também podem migrar devido dificuldades significativas estimuladas por desastres naturais, pela fome ou de extrema pobreza. De acordo com o direito internacional, pessoas que deixam seus países por estes motivos não são consideradas refugiados (ACNUR, 2019). Os migrantes forçados são grupos que foram deslocados em decorrência de desastres ambientais, conflitos internos ou externos, fome, ou eventos de desenvolvimento em larga escala. Essas pessoas se movimentam de maneira involuntária, tanto os que cruzam fronteiras internacionais quanto os que se deslocam dentro do mesmo país (ACNUR, 2019). Finalmente, os refugiados são indivíduos que estão ausentes de seu país de origem devido a perseguições relacionadas a questões de raça, religião, nacionalidade, afinidade a determinados grupos sociais ou políticos, como também devido à dramática e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados (ACNUR, 2019).

No Brasil, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2019), atualmente encontram-se mais de 350.000 refugiados e solicitantes de refúgio, tornando o país líder em pedidos de refúgio na América Latina. Ainda de acordo com o ACNUR, em 2018 o Brasil recebeu mais de 80 mil pedidos, o classificando em sexto maior destinatário de pedidos de asilo no mundo. A grave crise humanitária da Venezuela contribuiu fortemente para o aumento de pedidos de abrigo no Brasil, gerando mais de 62 mil novos imigrantes forçados em território nacional (ACNUR, 2019). Mesmo diante do fechamento das fronteiras pelo atual governo, o país tornou-se o destino com o maior número de refugiados venezuelanos na América Latina.

Ainda que o Brasil seja internacionalmente reconhecido como uma pátria acolhedora, diversas barreiras contribuem para a difícil integração social dos refugiados no país. Além de impedimentos relacionados ao desconhecimento do idioma e às diferenças culturais, os refugiados enfrentam outros desafios como desemprego e falta de informação acerca de necessidades básicas, tais como onde obter informações de moradia e onde buscar os cuidados básicos em saúde. A organização e a estratégia para receber e acolher refugiados no país tem muito espaço para melhorar.

O governo brasileiro tem órgãos específicos para lidar com requerentes de asilo e refugiados, como por exemplo o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), que é um órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que delibera sobre as solicitações de reconhecimento da condição do refugiado no Brasil. O CONARE atua diretamente com o ACNUR, que por sua vez é o responsável pela fiscalização dos direitos dos refugiados no país. Estes órgãos cuidam de todo aspecto legal na recepção de requerentes de asilo e refugiados. A integração social dos refugiados costuma ficar a cargo de organizações não governamentais (ONGs). Estas ONGs desenvolvem programas que envolvem desde educação (incluindo ensino do português), ajuda para achar emprego e

moradia, além de programas sociais envolvendo esporte, cultura e artes. Por exemplo, o Instituto ADUS de São Paulo oferece aulas gratuitas de português, francês e espanhol para imigrantes, requerentes de asilo e refugiados, com o intuito de ajudá-los a reduzir os obstáculos que enfrentam para sua efetiva reintegração na sociedade. O instituto também oferece ajuda para inserção no mercado de trabalho e orientação jurídica. No que diz respeito ao esporte como instrumento de integração social, desde o ano de 2014, a ONG “África do Coração”, que conta, basicamente, com imigrantes e refugiados em seu quadro diretivo, além de funcionários e voluntários de diferentes nacionalidades, realiza na cidade de São Paulo a Copa dos Refugiados. Apoiado pelo ACNUR, o torneio tem como objetivo a integração de pessoas refugiadas por meio do esporte, envolvendo indivíduos que representam seus países de origem, promovendo suas culturas, talentos e conhecimentos no Brasil. Este é o maior projeto de integração esportiva que envolve refugiados e migrantes no Brasil, sendo que em 2019, o evento contou com a participação de 160 jogadores amadores, sendo vinte atletas em cada seleção.

O presente estudo focou em programas esportivos, mais precisamente aqueles que usam o futebol, como ferramenta de integração social. A escolha do futebol se deve ao fato de que a maioria dos programas que usa o esporte com integrador social, use o futebol como ferramenta. Isto não parece ser ao acaso, mas parece estar relacionado ao apelo mundial que o futebol tem ao redor do mundo. Na maioria dos países, o futebol tem um grande apelo como esporte popular, pelo menos entre os homens. Apesar da desigualdade de gênero presente nas oportunidades que envolvem o futebol, o estudo deste esporte pode ser vantajoso até mesmo para questionar, desafiar e oferecer soluções para uma integração social baseada em oportunidades iguais para homens e mulheres.

Assim o problema da presente pesquisa se dá em investigar a prática esportiva, especificamente no contexto do futebol, como uma ferramenta capaz de auxiliar indivíduos

refugiados em seu processo de integração social no Brasil, visando o desenvolvimento de laços pessoais e culturais. Os programas de futebol para refugiados devem ser planejados e desenvolvidos de modo a priorizar entre seus objetivos principais a integração dos refugiados à sua nova sociedade. Entretanto, pouco se sabe sobre o potencial, a estrutura e a administração destes programas no Brasil. Este projeto pretende ser o primeiro passo para lidar com esta lacuna na literatura nacional. A experiência e visão dos principais beneficiários destes programas, os refugiados, se mostra como uma fonte de conhecimento fundamental para obtenção de informação confiável para que se possa entender melhor a estrutura e o potencial destes programas. Esta pesquisa avalia pontos positivos e possíveis áreas de fragilidade dos programas com o objetivo de informar melhorias nos mesmos.

1.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa tem por objetivo descrever a percepção de refugiados residentes na cidade de São Paulo acerca dos programas de futebol como integradores sociais.

1.2 Objetivos Específicos

- Relatar experiências positivas e negativas de refugiados com relação à participação em programas de futebol no Brasil.
- Comparar refugiados que participam de programas esportivos que usam o futebol com refugiados que não participam de programas esportivos em suas percepções sobre o processo de integração social no Brasil.
- Explorar e discutir possibilidades de melhor gerenciamento da prática do futebol como integrador social de refugiados no Brasil.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta revisão de literatura foi dividida em três subseções. Na primeira subseção são discutidos os conceitos de imigrantes forçados, solicitantes de asilo e refugiados. Alguns números sobre imigração e refúgio são apresentados. Também nesta seção, é feita uma descrição de como estes imigrantes têm sido recebidos no Brasil. Na segunda subseção, são apresentados pontos negativos e positivos do esporte como ferramenta de integração social para refugiados. Durante a seção, são expostos os desafios de pesquisa nesse campo, tal como a efetividade da integração social de refugiados através do esporte. A sessão ainda apresenta temas relacionados a refugiados e esporte, tais como saúde, artes e sustentabilidade como contribuintes para a integração social destes grupos. Finalmente, a terceira sessão apresenta o modelo conceitual utilizado no presente trabalho, à fim de indicar iniciativas específicas que podem cooperar com a integração social de refugiados.

2.1 Imigrantes Forçados, Solicitantes de Asilo e Refugiados

2.1.1 Números no mundo e no Brasil

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2019), a população global de deslocados à força atingiu 70,8 milhões de indivíduos, os quais foram deslocados devido a perseguição, conflito, violência ou violação dos direitos humanos. Como resultado, a população deslocada à força no mundo quebrou mais um recorde. Os dados do ACNUR mostram que, dentre as pessoas deslocadas à força, 25,9 milhões são de refugiados, 41,3 milhões de pessoas são deslocadas internamente e 3,5 milhões são solicitantes de asilo. O ACNUR estima que

13,6 milhões de pessoas foram deslocadas recentemente devido a conflitos ou perseguição em 2018. Desse número, 10,8 milhões de pessoas foram deslocadas dentro das fronteiras de seu próprio país e 2,8 milhões são novos refugiados ou requerentes de asilo em outros países. É espantoso, segundo o ACNUR, que os países mais desenvolvidos hospedam

cerca de 16% dos refugiados, enquanto um terço da população global de refugiados (aproximadamente 6,7 milhões de pessoas) se localizam em países menos desenvolvidos. São identificados cerca de 37 mil novos deslocamentos a cada dia. Esse número representa que um devastador volume de indivíduos é obrigado a abandonar suas casas todos os dias (ACNUR, 2019). De acordo com o ACNUR, quase 4 em cada 5 indivíduos refugiados viviam em países vizinhos de seus países de origem. O Alto Comissariado apresenta diversos outros dados. Em 2018, 2,9 milhões de pessoas deslocadas voltaram às suas áreas ou países de origem, incluindo aproximadamente 600 mil refugiados. Existem 1,7 milhões de novos pedidos de reivindicações de asilo, com quase 250 mil nos Estados Unidos, seguidos por Peru (quase 193 mil), Alemanha (quase 162 mil), França (quase 115 mil) e Turquia (quase 84 mil) (ACNUR, 2019). A Turquia é o país que recebeu pelo quinto ano consecutivo, o maior número de refugiados no mundo, com 3,7 milhões de pessoas (ACNUR, 2018). Os principais países de asilo para refugiados são:

Turquia (3,7 milhões), Paquistão (1,4 milhões), Uganda (1,2 milhões), Sudão (1,1 milhões) e Alemanha (1,1 milhões). Em 2018, esses Estados receberam do ACNUR mais de 81 mil refugiados para reassentamento.

De acordo com as estatísticas, 25 países aceitaram mais de 92 mil refugiados para reassentamento ao longo do ano, com ou sem a assistência do ACNUR. Com relação a menores, em 2018, quase 140 mil crianças solicitantes de ajuda estavam desacompanhadas dos pais, aproximadamente 28 mil crianças procuraram asilo de maneira individual e um total de 111 mil crianças refugiadas desacompanhadas foram identificadas neste ano. Crianças e jovens com menos de 18 anos constituíram cerca da metade da população de refugiados em 2018 (ACNUR, 2019).

Segundo dados divulgados pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), o Brasil identificou, em 2018, um total de 1.086 refugiados de diversas nacionalidades. Sendo

assim, o país apresenta a marca de 11.231 pessoas reconhecidas como refugiadas pelo Estado Brasileiro (CONARE, 2019). Números mais antigos do ACNUR indicavam avanços consideráveis no número de refugiados no Brasil vindos de países africanos. No entanto, hoje os sírios representam aproximadamente 36% da população refugiada com registro ativo no país, seguidos por congolezes (15%) e angolanos (9%) (CONARE, 2019).

O ACNUR aponta que no ano de 2018, o número de solicitações de reconhecimento de condição de refugiado foi o maior já identificado no Brasil. O aumento nas solicitações se deve muito ao influxo crescente de venezuelanos. Segundo o ACNUR, foram mais de 80 mil solicitações em 2017, sendo que os venezuelanos foram responsáveis por quase 62 mil destas. Em seguida, os haitianos estão com 7 mil solicitações, seguidos pelos cubanos (quase 3 mil), pelos chineses (1.450) e os bengaleses (947) (ACNUR, 2019).

De acordo com o ACNUR (2019), em 2018, os estados brasileiros com mais solicitações foram Roraima (quase 51 mil), Amazonas (10.500) e São Paulo (quase 10 mil). O ACNUR, através de agências implementadoras, assiste aos refugiados-reassentados por um período inicial limitado, com auxílio para subsistência, moradia, transporte, mas foca-se principalmente no aprendizado da língua, na capacitação e orientação profissional e propicia acesso ao microcrédito, através de parcerias. Em contrapartida e conforme previsto no Acordo Macro, o Governo do Brasil tem a responsabilidade de receber os refugiados, facilitando sua integração e disponibilizando o seu acesso às políticas públicas de saúde, educação e emprego, com o apoio do ACNUR e de organizações governamentais ou não governamentais. Ainda, cabe ao ACNUR a efetivação do aporte de recursos à Entidade executora do projeto de integração dos refugiados (DOMINGUEZ; BAENINGER, 2016).

Como dito por Singer (1976), é imprescindível compreender a migração forçada como um fluxo no tempo e no espaço, para assim conhecer a origem e o destino desse grupo específico. De acordo com Moreira (2012), o Brasil é reconhecido internacionalmente por

sua consistente política para refugiados, com sua devida legislação específica, tal como assistência de diversas instituições e ONGs.

O ACNUR aponta quais são as principais ONGs atuantes no Brasil, levando em conta seu período de criação e contribuições, como aulas de português, cursos de qualificação profissional, assistência jurídica, apoio psicológico, inserção no mercado de trabalho, instrução em empreendedorismo e ações culturais. Segundo dados disponíveis (ACNUR, 2019), o ADUS (São Paulo – SP), Cáritas Brasileira (Rio de Janeiro – RJ e São Paulo -SP), ACNUR (Brasília - DF), Missão Paz (São Paulo – SP), Compassiva (São Paulo – SP) e Mungazi (São Paulo – SP) são organizações de destaque no acolhimento de refugiados no país. O acolhimento de imigrantes forçados demonstra a preocupação do Brasil frente às questões humanitárias e às crises globais, o que promove a imagem democrática do país. Tal posicionamento favorece a visão que os outros países têm do Brasil, promovendo ganhos políticos e destaque nas relações internacionais (REIS, 2011).

De acordo com Moreira e Baeninger (2010), apesar dos avanços, a população brasileira sabe pouco sobre o refúgio, direitos e deveres desses deslocados. A falta de visibilidade da questão dos refugiados contribui com a constante discriminação, falta de acesso à cidadania, dificuldade de integração, entre outros. Ainda segundo os autores, mesmo que o número de assistência para essas pessoas estejam em crescente, a autossuficiência desses refugiados permanece um desafio. Aproximadamente 75% das solicitações de refúgio são negadas, uma vez que o governo acredita que a maioria dos pedidos são realizados por migrantes econômicos e não se enquadram na categoria de refugiado (VARGEM, 2010). E dentre os solicitantes que tem seu pedido negado e recorrem ao Ministério da Justiça, menos de 1% consegue reverter a situação (VARGEM, 2010).

Jubilut (2010) lembra que a própria Constituição Brasileira garante dignidade, bem-estar, tolerância, respeito, cooperação, independentemente de origem, raça, sexo, cor ou

idade do indivíduo e corrobora com Moreira e Baeninger (2010) e Vargem (2010) quando aponta que mesmo o governo desenvolvendo um grande leque de políticas públicas para regularizar a situação do refugiado, é essencial que sejam assegurados além da proteção, integração, direitos políticos e civis, seus direitos sociais e econômicos.

2.1.2 Definição de termos

Os termos imigrantes forçados, solicitantes de asilo e refugiados, por vezes, são utilizados de maneira intercambiável. Contudo, são termos que representam diferentes situações de pessoas que foram deslocadas de suas moradias. Imigrantes são pessoas que mudam para um outro país para viver lá permanentemente (GABRILATOS; BAKER, 2008). Imigrantes forçados são aqueles que se mudam por diferentes pressões sociais e econômicas; estes podem se mudar internamente (pessoas deslocadas internamente) ou externamente (para outros países) (HATHAWAY, 2007). O conceito de imigrante forçado é mais amplo que solicitante de asilo ou refugiado. Solicitantes de asilo e refugiados são tipos especiais de imigrantes forçados (HATHAWAY, 2007). Solicitantes de asilo são refugiados que exerceram de maneira legal, o pedido asilo permanente ou a longo prazo em uma nação diferente de sua origem (GABRILATOS; BAKER, 2008). Já refugiados representam um grupo ainda mais específico. Segundo o ACNUR, os refugiados são pessoas que estão ausentes de seu país de origem por motivos relacionados a questões de raça, religião, opinião políticas, conflitos armados e violação dos direitos humanos. Os refugiados são vistos como indivíduos transitórios e diferentemente dos requerentes de asilo, ainda não solicitaram o requerimento de estadia no país que se encontram (GABRILATOS; BAKER, 2008).

Spaaij et al. (2019) aponta que a literatura usualmente aplica de maneira livre quando se refere a indivíduos em vários estágios de migração e assentamento. Segundo o autor, o termo refugiado pode se referir a: (1) migrantes que chegaram ao novo país e receberam

status oficial de refugiado; (2) migrantes em trânsito, fugindo de perseguições; (3) requerentes de asilo que aguardam o processo ser definido para residir no campo de refugiados ou em outro lugar do país, país anfitrião ou outro país; (4) ex-refugiados. Segundo Spaaij et al. (2019) a última categoria refere-se a indivíduos que residem em um novo país há algum tempo e porventura podem ter residência permanente ou status de cidadania naquele país. O autor sugere que isso pode ser um risco, uma vez que na ausência de uma linguagem mais precisa, as pessoas que passaram por uma migração humanitária em algum ponto, estão agrupadas em uma única categoria de “refugiados” para fins de pesquisa.

As novas modalidades migratórias demandam, no cenário da globalização, a necessidade de reavaliação dos paradigmas para o conhecimento e o entendimento das migrações internacionais no mundo, e a incorporação de novas dimensões explicativas torna-se imprescindível, assim como a própria definição do fenômeno migratório deve ser revista (PATARRA, 2006, p.7). Confundir os termos pode gerar problemas principalmente para as pessoas que se encontram nessa situação.

Segundo o ACNUR, migrantes forçados saem de seus países devido conflitos, guerras ou perseguições. Estes deslocamentos podem ser internos ou externos. Segundo Soares (2002), a migração pode ser considerada um fenômeno social controlado por fatores históricos, que não compreende apenas em processos individuais, mas grupos sociais. Assim, os movimentos que são originados através de violação aos direitos humanos, fuga de um local devastado pela guerra ou por tragédias naturais, contribuem com deslocamentos compulsórios (VAINER, 2016).

Moreira (2012) oferece uma definição similar às outras para refugiados, destacando que tipos de problemas podem levar as pessoas a se tornarem refugiados. “Os refugiados são migrantes internacionais forçados a abandonar seus lares em decorrência de cenários marcados pela violência, transpondo fronteiras com o propósito essencial de resguardar suas

vidas. Os motivos que os levam a fugir de seus países abarcam conflitos intra ou interestatais, provocados por questões étnicas, religiosas, culturais, políticas e econômicas, assim como regimes repressivos e outras situações de instabilidade política, violência e violações de direitos humanos” (MOREIRA, 2012, p.1).

Um dos princípios mais relevantes estabelecidos no direito internacional, segundo o ACNUR (2019), é garantir que os refugiados não possam ser expulsos ou devolvidos a situações que possam colocar a sua vida e liberdade em risco. Além da proteção, os refugiados devem ter acesso aos procedimentos eficientes de asilo, tal como aos direitos humanos básicos e condições mínimas de viver de maneira digna. O ACNUR (2019) reforça que todos os Estados possuem obrigatoriedade em proteger esse grupo, e, ressalta seu papel ao trabalhar próximo aos governos oferecendo apoio para implementar seus deveres. Para Adrian Edwards, um dos porta vozes do ACNUR em Genebra, é importante ressaltar o perigo que os refugiados podem presenciar, caso voltem para o seu país de origem. Para estas pessoas, a negação de um asilo pode ter consequências seríssimas (ACNUR, 2019).

De acordo com a Convenção da ONU de 1951, que diz respeito ao Estatuto dos Refugiados e seu protocolo de 1967, a proteção dos refugiados é definida através do direito internacional (JUBILUT, 2006). Como afirmado pelo Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC), do ACNUR, a Convenção da OUA (Organização da Unidade Africana) – pela qual regularam os aspectos específicos dos problemas dos refugiados na África em 1969 – ou a Declaração de Cartagena de 1984 sobre os refugiados continuam sendo a principal chave da atual proteção desse grupo.

2.2. Esporte como Ferramenta para Integração Social de Refugiados

A integração social de refugiados tem sido tópico de pesquisas recentes (HYNIE, 2018). Integração social, em sentido amplo, se refere à inclusão e participação em termos econômicos e sociais dos refugiados na terra que os acolhe (HYNIE, 2018). Dentre diversas

opções de programas para facilitar a integração social de refugiados, o esporte tem recebido atenção especial da literatura recente (ANDERSON et al. 2019; KNAPPE, COLLEDGE, GERBER, 2019; SPAAJ et al. 2019). Estes estudos acreditam que o esporte pode ser um bom instrumento de reinserção social de refugiados, quando bem administrado.

Spaaij et al. (2019) fazem um balanço e buscam refletir de modo fundamentado sobre os avanços recentes na literatura no que se refere ao esporte e à atividade física como meio e contexto para contribuir com o bem-estar e a integração social de refugiados. Os autores apresentam uma revisão crítica integrativa, considerando pesquisadores, formuladores de políticas e profissionais que desempenham algum papel nesse campo de estudo. Desta maneira, esse estudo em foco servirá como guia neste tópico de revisão de literatura. Previamente, Spaaij et al. (2019) identificam de maneira notável discussões limitadas que estão direcionadas a desafios éticos em pesquisas com refugiados e migrantes forçados. Doidge (2018) contribui ao apontar percalços sobre a política, ética da pesquisa e do ativismo nesse campo. O autor observa de maneira certa que investir esforços neste contexto requer trabalho emocional e envolvimento crítico dos pesquisadores já que os refugiados fazem parte de um grupo de alta vulnerabilidade.

Knappe, Colledge e Gerber (2019) lembram o risco sobre organizações realizarem eventos que envolvam refugiados e migrantes forçados, uma vez que em alguns casos é possível que haja o término do projeto quando finalizado o estudo em questão, gerando frustração aos participantes. Os autores também ressaltam sobre a probabilidade de instituições que visam o longo prazo, dependerem de voluntários que, muitas vezes não possuem formação adequada para o trabalho. Outro ponto de análise válido para a presente discussão está na abordagem de Murray (2014), que foca no trabalho que deve ser realizado em um momento anterior à prática de atividades físicas, já que questões urgentes surgem no trato com os refugiados, a citar como exemplo suas necessidades básicas que precisam ser

assistidas: segurança, reunificação de famílias com seus entes próximos, trabalho e alimentação. Murray (2014) chama atenção para o fato de que as necessidades básicas devem ser abordadas antes de se tentar engajar refugiados em programas esportivos ou quaisquer outros programas de inserção social.

Dudik, McDonald e Spaaij (2017) apontam que atividades esportivas e integração social podem corresponder a um tema delicado, quando juntos no mesmo contexto. Isto é, os autores destacam que o esporte é capaz tanto de incluir o indivíduo na sociedade como também o excluir, através de vários fatores, tal como nível de capacidade e habilidades físicas presentes, por exemplo. Estes autores sugerem que a prática de atividades físicas contribui para inclusão social de refugiados e requerentes de asilo, no entanto, foram utilizados em seu estudo apenas indivíduos que apresentaram graus crescentes de resiliência, autoconfiança e redes sociais, sendo que qualquer outro grupo que não expressou esses níveis de sucesso, não foram avaliados, sendo automaticamente excluídos.

Spaaij (2015) e O'Driscoll et al. (2014) atentam à possibilidade de ao mesmo tempo em que promove a integração, o esporte tem a capacidade de assumir um papel opressor, já que quem o pratica pode sentir-se alienado ou marginalizado em seu novo ambiente. Spaaij (2017) aponta que um fator importante que tem a capacidade de atuar como uma barreira à participação no esporte e na atividade física é a discriminação. Por exemplo, Spaaij et al. (2019) trazem à discussão neste cenário excludente as práticas de racismo por nacionais diante da chegada de refugiados e migrantes, colocando um empecilho à integração e à prática esportiva. Aliado à restrição é presenciado ainda neste contexto a resistência cultural nas novas áreas de chegada.

Baker-Lewton et al. (2017) descrevem o racismo como “uma força social histórica e contínua que coloca sérios desafios à pertença de jovens de origem refugiada” (p. 11). Revaglia (2018) descreve como o racismo é desafiado através de uma cultura de clube

inclusiva e símbolos, como o uso da faixa “REFUGIADOS BEM-VINDOS”. Segundo o autor, algumas tentativas de inclusão a esses indivíduos correm o risco de generalizações do termo, como costuma acontecer nos jornais e televisão, onde as notícias são reportadas sem saber ao certo seu público-alvo. O autor indica a importância desse elemento em seu estudo, já que contribui consideravelmente com a discriminação sofrida pelos refugiados, no entanto, o tópico ainda é subestimado.

Baker-Lewton et al. (2017) e Abur (2018) detalham que além da racial, existe a discriminação religiosa, como identificada nas experiências dos sul-sudaneses australianos vítimas dessa prática cotidiana no esporte e demonstram seu impacto na exclusão experimentada. Neste estudo, os autores investigaram como o racismo e a discriminação contribuem com o isolamento social dessas pessoas. Abur (2018) complementa que essas barreiras sociais nem sempre podem ser removidas por empregos ou participação esportiva dos indivíduos, sendo que para haver algum resultado positivo é usualmente necessário um período a longo prazo. Spaaij (2012; 2013) documenta experiências semelhantes entre os australianos somalis. Neste estudo, os autores examinam os principais fatores que afetam a participação dos australianos somalis em atividades esportivas. Estes autores oferecem algumas soluções para o problema da discriminação de refugiados durante práticas esportivas. Entre estas se destacam a busca em oferecer ambientes inclusivos nos quais pessoas de origens de refugiados possam participar de uma maneira segura, agradável e culturalmente conveniente. É exigido entender o processo mútuo, requerente de adaptação e respeito por parte tanto dos indivíduos do assentamento quanto da sociedade em geral (SPAIIJ, 2013).

Knappe, Colledge e Gerber (2019) destacam a comum falta de estrutura, como distância de centros urbanos, ausência de sistema sanitário, espaço reduzido, tédio, entre outros problemas, relacionados a ambientes que acolhem inicialmente os refugiados e

migrantes forçados, como em Thessaloníki, na Grécia. Neste estudo, eles mostram como a prática do esporte pode transmitir valiosos avanços físicos e mentais aos refugiados. Os autores apresentaram resultados satisfatórios e identificaram a aceitação de todos os participantes, quando perguntados sobre a eficiência de programas esportivos nos campos de refugiados.

No contexto croata, Jurkovic (2019) descreve a complexidade de ambientes inclusivos apoiados por alguns membros que se opõem a outros grupos que veem o “ativismo de esquerda” como distração para as sessões em jogos ou treinamentos esportivos. Neste sentido, para se usar o esporte como ferramenta de integração social e identificar as pontes entre a sociedade de acolhimento e os imigrantes, o autor sugere ser necessário a utilização dos ideais de esquerda, tais como políticas antirracismo, anti-homofobia e trabalho comunitário em geral como guia para programas esportivos.

Segundo Spaaij et al. (2019), o objetivo de identificar barreiras à participação de refugiados no esporte é criar conscientização e, finalmente, superar barreiras. No entanto, o modelo de barreiras é problemático quando mostra tendências implícitas, ilustrando como refugiados e requerentes de asilo podem ser incorporados ao “mainstream”, ou onde adota uma visão negativa particular do multiculturalismo, que interpreta as diferenças étnicas e culturais como barreiras à participação (DONNELLY; NAKAMURA, 2006). Uma possibilidade para diminuir essas barreiras seria o maior aprimoramento e efetividade da estrutura arquitetada no país, da atuação dos atores envolvidos, o que requer ainda maior participação dos próprios refugiados (MOREIRA, 2014).

Nesse contexto, O’Driscoll (2016) demonstra que as práticas ocidentais e as percepções dominantes nem sempre são apropriadas e que os pesquisadores precisam reconsiderar como a teoria ocidental vem sendo aplicada a grupos populacionais não ocidentais. Por exemplo, o autor sugere que o reassentamento ocidental pode ser uma

experiência difícil principalmente quando comparado a regiões semelhantes ao país de origem, uma vez que o processo de adaptação dos refugiados envolve fatores biológicos, mas principalmente psicológicos devido as diferenças entre sua própria cultura e a cultura do país anfitrião.

Spaaij et al. (2019) também indicam sobre a importância de a pesquisa fazer justiça à heterogeneidade de refugiados e migrantes forçados. Segundo os autores, a relevância de determinadas barreiras varia de acordo com, entre outros, idade, sexo, classe social e tempo em um novo país. Spaaij et al. (2019) dizem que mesmo dentro de grupos específicos, há diferenças consideráveis que afetam as experiências esportivas dos indivíduos. Por exemplo, Spaaij (2012) descobriu que os australianos somalis de segunda geração, e particularmente os jovens do sexo masculino, tendiam a ter um interesse e investimento de tempo muito mais fortes na participação esportiva em comparação com a primeira geração, cujas prioridades eram trabalho e família. Abur (2018) observou diferenças semelhantes investigando como o emprego e a participação esportiva impactaram um grupo da comunidade do Sudão do Sul em Melbourne, na Austrália. Em seu estudo, o autor identificou que a participação de refugiados em seus devidos empregos e no esporte, contribuiu efetivamente para o assentamento desses indivíduos na Austrália. Ainda de acordo com o autor, os refugiados que participaram do estudo entenderam tanto a importância da integração social que o esporte pode oferecer à comunidade, quanto a necessidade de construir suas vidas profissionais.

Spaaij et al. (2019) contribuem a respeito de barreiras existentes nesse campo de estudo, quando apontam um corpo de literatura dedicado ao assentamento de mulheres refugiadas por meio do esporte e da atividade física. Para as mulheres refugiadas, barreiras adicionais incluem normas e expectativas em seu país de origem e em suas comunidades étnicas e culturais (Guerin et al.,2003; Palmer, 2009; Pizzolati e Sterchele, 2016;

Mohammadi, 2019). Por exemplo, Spaaij e Scheillée (2020) identificam que apesar do esforço, as organizações encontram dificuldades de incluir mulheres, principalmente pelo número baixo de voluntárias e aos custos financeiros de acomodações para eventos esportivos. Esta premissa sugere que as organizações podem atender principalmente os homens, gerando assim um sentimento de tristeza para as mulheres que buscam integração pelo esporte (SPAAIJ; SCHEILLÉE, 2020).

Ainda sobre barreiras estruturais e culturais à participação no esporte e na atividade física de migrantes e refugiados, Spaaij e Schailée (2020) apontam que os indivíduos podem encontrar ambientes esportivos não familiares ou negativos; falta de conhecimento sobre possíveis oportunidades de participação; custo; transporte; idioma, além da falta de apoio cultural ou familiar para a participação de meninas e mulheres. Neste contexto, Knappe, Colledge e Gerber (2019) relatam em seu estudo que alguns participantes se queixaram dos treinamentos realizados, destacando as atividades como árduas, contribuindo com o alto desgaste físico e psicológico dos atletas, concedendo a eles uma sobrecarga de suas atividades.

Segundo a literatura, apoios aos refugiados durante suas jornadas de assentamento podem ser realizado através de abordagens sobre desenvolvimento comunitário que enfatizam os interesses do grupo em questão, tal como as normas culturais e os pontos fortes (GUERIN et al., 2003; HASHINAMOTO- GOVINDASAMY e ROSE, 2011). Segundo os autores, estas abordagens podem facilitar o gerenciamento e o acesso das mulheres a serviços disponíveis, incluindo o acesso a atividades esportivas. Um exemplo de abordagem sugerido pelos autores foi oferecer as mulheres refugiadas melhorias mentais, físicas e sociais através do esporte, como a construção de academia de ginástica somente para mulheres, criação de grupo de caminhada e oferecimento de um espaço livre para que elas possam praticar esportes com bolas e outros exercícios. Segundo os autores, muitas

mulheres cuidam de seus familiares nos acampamentos, tornando seus dias mais difíceis. Manter ou obter bons níveis de atividade física contribui para a boa saúde dessas pessoas (GUERIN et al. 2003).

Spaaij et al. (2019) sugerem que alguns estudos, no entanto, analisam oportunidades e facilitadores para a participação em maior profundidade. Os estudos mencionados por O'Driscoll (2016), Mohammaddi (2019) e Robinson et al. (2019) são casos em questão. Coletivamente, esses estudos discutem, por exemplo, a necessidade de entender a cultura, as necessidades e o contexto do grupo-alvo, a importância do baixo custo financeiro, a proximidade geográfica e a entrega flexível, a necessidade de transferir o poder de decisão na programação para o grupo-alvo, o engajamento das famílias, desenvolvendo competências interculturais dos facilitadores e provisões segregadas por gênero (SPAAIJ et al. 2019).

2.2.1 Desafios das Pesquisas com Refugiados e Esporte

Quando relacionamos o estudo sobre refugiados e migração forçada com o esporte e a atividade física, Spaaij et al. (2019) dizem que historicamente a literatura recebeu pouca atenção no campo de pesquisas. A relativa falta de estudos sobre o tema é espantosa, levando em conta essa tradição de pesquisa entre o esporte a migração internacional (CARTER, 2011; MAGUIRE, 2013; AGERGAARD, 2018). Spaaij e Scheillée (2020) corroboram quando afirmam que a discussão sobre o tema, além de limitada, requer uma reflexão crítica sobre construir relacionamentos éticos nesse campo.

Jeanes et al. (2014), Northcote e Casimiro (2009) e Spaaij (2013) e (2009) apontam que embora a retórica sobre o poder do esporte de atuar como veículo para a inclusão social seja robusto, existe um conflito entre política e prática. Jeanes et al. (2014) ainda concluem que política e a prática nessa área se mantêm problemáticas devido às expectativas

dominantes de como os jovens descendentes de refugiados devem se envolver no esporte e questionam entendimentos sobre o que reassentamento e integração pelo esporte significa.

Knappe, Colledge e Gerber (2019) contribuem com o tema lembrando que existem restrições ambientais que podem complicar a implementação de estudos, ou seja, é comum que refugiados e migrantes forçados sejam situados em campos provisórios antes de receber asilo, antes de serem realocados para outros países ou até mesmo antes de serem devolvidos a seus países de origem. No caso da Austrália, mesmo o país sendo um ator extremamente importante no cenário de acolhimento de refugiados através do esporte, Cortis (2009) sugere que as iniciativas australianas destinadas a promover diversidade no esporte têm sido amplamente aspiracionais e assumiram um perfil mais baixo, sem a legitimidade e a coordenação que uma agenda nacional de inclusão social, estrutura de conformidade da diversidade ou agência de equidade esportiva forneceria.

Cortis (2009), Jeanes et al. (2014) e Olliff (2008) afirmam que organismos esportivos nacionais são economistas e relutantes em investir em “retorno mínimo”. Sendo assim, sua abordagem é principalmente um modelo de cima para baixo, de tamanho único que reforça algumas das barreiras (por exemplo, falta de práticas inclusivas e programas acessíveis, tal como incompreensão cultural das expectativas de gênero e falta de acesso ao transporte) enfrentadas pelos recém-chegados. Knappe, Colledge e Gerber (2019) complementam quando apresentam algumas dificuldades que os refugiados e migrantes forçados passam na tentativa de praticar esportes, como a falta de equipamentos esportivos adequados (sapatos, roupas, acessórios etc.) além da falta de infraestrutura presente nos ambientes que esses indivíduos circulam. É visível que na prática, o resultado para refugiados e migrantes recém-chegados raramente equivale à retórica política e pode se desdobrar, afastando ainda mais os jovens (OLLIF, 2008; SPAAIJ, 2013, 2012; NORTHCOTE; CASIMIRO, 2009).

Sintetizando, Spaaij et al. (2019) apontam fatores importantes na literatura que contribuem com uma série de conceitos, questões e problemas recorrentes. O autor identificou três informações ou desafios essenciais: *categorização política*, *abordagens de déficit* e *interseccionalidades*. Com relação à *categorização política*, os termos utilizados para se referir aos participantes de pesquisas com refugiados e esporte são variados. Os mais populares são “refugiados”, “pessoas com antecedentes de refugiado”, “imigrantes ilegais”, “migrantes”, “migrantes forçados”, “migrantes recém-chegados”, “requerentes de asilo”, “pessoas que procuram asilo”, “sobreviventes de guerra e tortura” e “pessoas de barco”. Amara et al. (2004) e Stone (2018), indicam que o uso destes termos sem a correta definição, criam situações problemáticas, podendo tornar invisíveis certas diferenças valorosas, como direitos legais e trabalhistas mais restritos dos requerentes de asilo em relação aqueles com status oficial de refugiado.

Stura (2019) aponta que o conflito entre os termos “refugiado” e “requerente de asilo” é um grande exemplo e, corrobora com Amara et al. (2004) e Stone (2018) ao afirmar que em seu estudo, os entrevistados participantes são referidos como refugiados, mas o artigo revela que 91% estão em processo de busca de asilo e, portanto, não são oficialmente assumidos como refugiados. Stura (2019) entrevistou requerentes de asilo, refugiados e voluntários (técnicos, auxiliares técnicos, staff) que atuam com estes em clubes esportivos alemães. Seus resultados mostram que os voluntários desempenham um papel chave na integração social de requerentes de asilo e refugiados.

Spaaij (2013) e Broerse (2019) utilizam a autodefinição como um quadro de referência na prática esportiva (ou não) dos envolvidos no tema. Segundo os autores, nesses estudos, há um reconhecimento da provável injustiça agregada à rotulagem dos participantes, já que muitas delas não refletem a complexidade, temporalidade das questões e transições sociais pelas quais eles caminham.

Bakewell (2008) destaca que, se o pesquisador aceitar os limites do campo exigido pelas categorias de políticas, ele tenderá a ratificar e legitimar as suposições feitas por atores poderosos, como estados, por exemplo, garantindo que tais suposições permaneçam como verdades absolutas. Exemplificando esse ponto vital, Northcote e Camisiro (2009), ao analisar um programa esportivo para jovens refugiados mulçumanos, dizem que é possível identificar uma ausência de conexão entre o governo, que prioriza a participação em esportes estruturados e organizados, e as necessidades e aspirações dos jovens, que por sua vez, preferem concentrar seus esforços em eventos esportivos organizados por eles mesmos. Spaaij et al. (2019) apoiam a ideia de Bakewell (2008), ao afirmar que quando os pesquisadores não são críticos em sua abordagem, correm o risco de transformar sua pesquisa em um instrumento de controle social por discursos estatais ou regulatórios.

O segundo fator contribuinte para a relação problemática entre integração, esporte e refugiados, compreende as *abordagens de déficit* (SPAAIJ et al. 2019). Segundo Spaaij e Oxford (2018), grande parte da literatura apresenta um paradigma baseado no déficit que associa diretamente o status de refugiado a circunstâncias deprimentes, como trauma, saúde precária, privação e isolamento social. Stura (2019) enfatiza este ponto ao expor que refugiados sofreram “grandes traumas” e geralmente eles vêm de países com grandes diferenças culturais, dificultando sua aculturação no país de destino. Stura (2019) ainda compartilha que os próprios refugiados muitas vezes não falam sobre suas experiências de vida.

De acordo com Knappe, Colledge e Gerber (2019), as ideias de Stura (2019) podem apresentar problemas, uma vez que para haver experiências positivas em programas de esportes para refugiados ou migrantes forçados, é necessária uma relação de confiança entre os participantes e o treinador.

Para os autores isso implica diretamente em possíveis intervenções que possam ser necessárias. Dentre estas intervenções destacadas pelos autores, é lembrada primeiramente a garantia exigida pelos órgãos responsáveis pelos campos, de que os funcionários lidarão discretamente com as informações obtidas e não as divulgar, a menos que haja indícios de um risco para a saúde e o bem estar da pessoa. Como observado pelos autores, muitos refugiados sofrem graves distúrbios psiquiátricos originados pelo terror que viveram até a chegada em seu novo país, logo as intervenções de profissionais que os auxiliarão durante as práticas esportivas necessitam apresentar confiança, estímulo, amizade, paciência e interesse genuíno perante a situação. Segundo o estudo dos autores, caso haja leviandade e ausência de empenho dos treinadores com a causa dos refugiados, as atividades podem gerar resultados negativos ao invés de positivos. “Por exemplo, em nosso estudo, alguns participantes gostaram de ser aplaudidos pelo treinador, enquanto outros se sentiram perturbados porque eles foram lembrados de seu serviço militar. Além disso, alguns esportes como o futebol, desfrutam de popularidade geral. No entanto, o futebol, se implementado de maneira errônea, pode alimentar conflitos e provocar violência, exclusão e nacionalismo (KNAPPE; COLLEDGE; GERBER, 2019, p.12).

Na mesma linha, Renzaho et al. (2012) enunciam que refugiados e migrantes africanos aumentam o risco de obesidade e doenças relacionadas à obesidade. Aqui vemos uma abordagem de déficit porque para os pais, o peso elevado representa a beleza e a riqueza, sendo que as crianças que possuíam corpos magros eram consideradas doentes e pobres. Para os autores, os pais assumiram estratégias que criavam ganho de peso em seus herdeiros. Ainda sobre o estudo, os autores sugeriram que ao resistir a pressão dos pais, os jovens poderiam buscar o tamanho corporal ideal através de programas de prevenção da obesidade pelo esporte. Hartley et al. (2017) e Mohammadi (2019) colaboram quando destacam os impactos das experiências de guerra, deslocamento e separação familiar, bem-

estar e exclusão social. Neste caso, o déficit se encontra em entender melhor sobre quais os esportes e processos esportivos podem produzir impactos positivos na vida dos participantes que sofreram essas violações de seus direitos humanos. Spaaij (2010) é lembrado por Mohammadi (2019) quando sugere que a eficácia de intervenções sociais baseadas em atividades físicas tem sido questionada por alguns pesquisadores, destacando a falta de evidências empíricas vigorosas. Para o autor, não há um único programa que pode funcionar em todas as circunstâncias, sendo que diante da natureza dos participantes, os processos desenvolvidos para a inclusão dos indivíduos, podem ao fim destes, excluí-los ainda mais. Em apoio a essa ideia, Evers (2010) sugere que os programas de intervenção esportivas que estão sendo mobilizados para cooperar com os jovens fazem parte de uma agenda equivocada. O autor destaca um interesse mínimo das pessoas que administram estes programas em se tornarem mais íntimos das perspectivas dos jovens, a ponto de descobrir não o que os jovens necessitam saber, mas o que suas habilidades e bem-estar podem ensinar aos pesquisadores, gestores de programas esportivos, trabalhadores, voluntários e afins.

Corroborando com o assunto, Knappe, Colledge e Gerber (2019) lembram que para um programa esportivo aumentar suas chances de sucesso, é necessário a participação de um treinador que esteja em sintonia com o trabalho, sabendo exatamente o contexto no qual será inserido. O treinador deve estar disposto a adquirir conhecimentos específicos de trauma, para entender melhor a circunstância presente, além de demonstrar empatia e estar aberto a sugestões dos participantes. O grau de proximidade entre o treinador e os participantes é essencial para estabelecer um relacionamento de confiança (KNAPPE; COLLEDGE; GERBER, 2019). No mesmo raciocínio, Baker-Lewton et al. (2017) entendem as representações políticas e médicas dos jovens sudaneses do Sul como “violentas” e “traumatizadas”. Daí a necessidade de se entender o déficit de informação que um pesquisador pode ter ao investigar o esporte como integrador social.

Knappe, Colledge e Gerber (2019) lembram que muitos refugiados não compareciam às sessões de treinamentos, pois relatavam o sentimento de perturbação ao se exporem nas práticas esportivas. Segundo os autores, outros fatores como ausência de notícias de familiares, clima, dores musculares ou simplesmente falta de interesse contribuem com números reduzidos de participantes em programas de esporte. Ao concluir a ideia sobre abordagens em déficit, Spaaij (2013); Abur (2018) e Uptin et al (2013) apresentam uma crítica valorosa a esse conceito quando afirmam que as escolas que veem o “refugiado” como um grupo hegemônico negligenciam as necessidades e os

pontos fortes do indivíduo e perdem de vista suas diversas origens. Segundo os autores, essa atitude, também está presente no campo acadêmico, provocando aos pesquisadores uma posição deficiente e confinada às classes mais inferiores. Em outras ocasiões, como apresentadas pelos autores, as escolas que fortaleceram os talentos e as oportunidades dos jovens, foram consideravelmente restritas às posições estereotipadas acima mencionadas, contribuindo com a formação de atletas competentes.

Por fim, Spaaij (2019) apresenta as *interseccionalidades* como mais um problema que emana no contexto de esportes como integração social para refugiado, sendo então, o terceiro conceito apresentado. Bakewell (2008) avisa sobre o risco ao assumir que um determinado grupo de problemas ou experiências são de domínio exclusivo dos refugiados. Essa situação pode facilmente levar-nos a atribuir problemas específicos à identidade de uma pessoa como refugiada, quando ela pode estar mais relacionada a outros aspectos da identidade que pode ser compartilhada como outros “não refugiados” na população local, como por exemplo: pertencer a uma determinada etnia ou grupo; tempo de residência; nível de educação e assim por diante (BAKEWELL, 2008).

Spaaij et al. (2019) apontam que o desafio consiste em identificar onde a identidade dos refugiados pode ser amplamente destacada na criação de um conjunto diferente de outras

interações sociais. O autor sugere que essa crítica é válida para grande parte da literatura sobre o tema, já que os estudos tendem, intencionalmente ou não, destacarem a identidade dos participantes, simplesmente como refugiados.

Hertting e Karlefors (2013) apresentam perspectivas distintas ao discorrer sobre as experiências esportivas de crianças migrantes recém-chegadas na Suécia, que são sensíveis às semelhanças entre as experiências de crianças migrantes e não migrantes forçadas. Os autores expressam sobre o tema devido a afinidade encontrada em um estudo similar sobre crianças com origem sueca nativa. Também existem crianças suecas nativas que são espectadores e/ou que não estão envolvidas em esportes espontâneos ou em clubes. Um número de crianças nascidas na Suécia prefere esportes espontâneos ao invés de esportes oriundos de clubes. As razões para isso podem variar e não são necessariamente culturais ou até mesmo religiosas, mas podem ser sociais ou econômicas. Pode então ser uma questão de ideais corporais, talento ou condições econômicas, ou simplesmente falta de interesse (HERTTING; KARLEFORS, 2013).

Spaij et al. (2019) complementam que a referência dos autores a fatores sociais e econômicos sugere a importância de abordagens intersetoriais para o estudo no campo do esporte e da migração forçada. É sugerido que a interseccionalidade precisa ser usada com atenção, destacando por sua vez a multidimensionalidade e identidade, em vez de ser aplicada como uma audição categórica (SPAIIJ et al., 2019). Amara et al. (2004), Stack e Iwasaki (2009) e Spaij (2012, 2013) concordam quando ressaltam que as experiências de reassentamento e integração passam por variações, dependendo da alocação de recursos, sistemas de apoio, resiliência pessoal e comunitária, além de atitudes e percepções da comunidade no país de destino. Alguns identificadores (idade, habilidade, fator econômico, religião, gênero e sexualidade) e suas interseções podem contribuir com os processos de

assentamento, tal como o acesso ou o interesse no esporte e na atividade física (SPAAIJ et al., 2019).

Spaaij et al. (2019) reforçam que uma abordagem intersectorial na pesquisa é imprescindível se quisermos evitar a armadilha de atribuir problemas ou experiências particulares exclusivamente à identidade de uma pessoa como refugiada. No entanto, Blanchard (2018), intervém ao expressar que uma abordagem seccional digital completa ainda está para ser criada neste campo de pesquisa.

Após apresentar as principais características, temas, questões e desafios da literatura científica sobre esporte e migração forçada, dividindo estes desafios em categorização política, abordagens de déficit e interseccionalidades, Spaaij et al. (2019) definem que ainda há diversas oportunidades para pesquisas futuras, principalmente às dimensões experienciais do esporte e da atividade física para os migrantes forçados.

Essa conclusão é particularmente relevante, uma vez que os provedores de esporte permanecem tentando integrar ou contribuir com a transição de pessoas com histórico de refugiados para as estruturas esportivas tradicionais existentes, mesmo sabendo (ou não) que elas podem não atender às necessidades dos refugiados (SPAAIJ; SCHEILLÉE, 2020).

2.2.2 Efetividade da Integração Social de Refugiados Através do Esporte

Durik, McDonald e Spaaij (2017) sugerem quem, em vez de focar nas barreiras inegáveis que existem para refugiados e solicitantes de asilo na inclusão do esporte, é preciso identificar como os refugiados podem ser incluídos e experimentam uma inclusão social através do esporte. Segundo os autores, algumas histórias de sucesso, que individualmente aparentam anedóticas, mas que coletivamente forneceram algum empirismo para quando e quem pode contribuir para experiências exclusivas.

Knappe, Colledge e Gerber (2019) colocam em seu estudo que, após participarem de um programa de oito semanas envolvendo esporte e atividade física, refugiados na Grécia

se sentiram mais ativos fisicamente, além de relatarem outros benefícios como: perspectiva e novidades no cotidiano desses indivíduos, melhoras em dores corporais, bem-estar ao serem estimulados em atividades e avanço considerável na consciência corporal. Os autores reconhecem que, apesar do curto tempo de exposição ao esporte e à atividade, os resultados se mostraram promissores para informar políticas públicas na Grécia, para o uso destas atividades na integração de refugiados.

Spaaij et al. (2019) apresentam dados que demonstram o crescimento considerável de pesquisas relacionadas ao esporte como ferramenta para integração social de refugiados. O próprio Spaaij (2020) afirma que a participação de indivíduos no esporte pode atuar como um meio ou contexto para melhorar a inclusão social de migrantes e refugiados. Segundo Spaaij e Shailée (2020), a União Europeia, América do Norte e Austrália presenciaram investimentos consideráveis para o aprimoramento de programas que visam a inclusão social de refugiados por meio de atividades esportivas e físicas.

Uma recente revisão sistemática da literatura revela que oitenta e três estudos foram publicados sobre o tema esporte e refugiados entre os anos de 1996 e 2019 (SPAAIJ et al. 2019).

Os autores relatam que o tema está concentrado sobretudo em países ocidentais, no qual dois tópicos importantes são identificados nestes trabalhos: (1) promoção de saúde e (2) integração, inclusão social, barreiras, facilitadores à participação no esporte na atividade física.

De acordo com Black (2001) e Neumann et al. (2014), a área dos estudos sobre refugiados e migração forçada avançou de maneira considerada nos últimos sessenta anos. Como apontam Spaaij e Oxford (2018), nos últimos anos, juntamente às obrigações políticas a respeito de migração forçada, a atenção ao esporte como meio ou contexto para o bem-estar e assentamento de refugiados tem crescido em pesquisa, política e prática. Spaaij et al.

(2019) descrevem que a União Europeia, América do Norte e Austrália testemunharam investimentos consideráveis em programas e intervenções que destinam ajudar refugiados e requerentes de asilo que praticam esportes e atividades físicas para fins terapêuticos, sociais ou de saúde. Apenas entre os anos de 2016 e 2018, a Comissão Europeia disponibilizou o total de três milhões de euros para cinquenta e quatro projetos que buscavam apoiar o esporte e a atividade física como instrumento de inclusão social e bem-estar dos refugiados nos estados membros da União Europeia (COMISSÃO EUROPEIA, 2018).

Contextualizando-o junto aos estudos das Relações Internacionais, Taylor (1986) coloca que mesmo não estando na pauta central das relações entre os governos, e mesmo que não tenha a importância da pauta de segurança e economia, o esporte deveria ser mais estudado pelos acadêmicos por quatro razões: tem importância sociocultural; sua internacionalização o integrou no sistema internacional já que pode e tem capacidade de influenciá-lo; é um instrumento de política governamental; e, as organizações que o administram são importantes. Diante desses argumentos, nota-se o papel fundamental da Austrália ao colaborar com o tema aqui proposto. Segundo Dudik, McDonald e Spaaij (2017), os formuladores de políticas australianas e suas organizações têm contado consideravelmente com o esporte como meio para buscar os objetivos de coesão social e inclusão social. Por exemplo, os autores expuseram em seu estudo, como o futebol facilita formas de inclusão social para os participantes, contribuindo com momentos de solidariedade com o próximo, além de superar o isolamento individual através de atividades simples encontradas no contexto do esporte, como conversar ou sair com um amigo após as atividades sugeridas pelo programa.

Levando em consideração as observações de Collins e Haudenhuyse (2015) e Spaaij, Magee e Jeanes (2014) a respeito das dimensões da inclusão social através do esporte, os autores estão cativados exclusivamente em “inclusão pelo esporte”, ou seja, as diversas

maneiras pelas quais o esporte pode facilitar a capacidade de requerentes de asilo e refugiados de se envolver com as comunidades locais de forma mais ampla. Spaaij e Scheillée (2020) propõem que é necessário considerar outras situações de participação esportiva em relação à inclusão social de migrantes forçados. Uma sugestão desenvolvida pelos autores é desenvolver eventos esportivos, como torneios e festivais. A última forma de participação, segundo os autores, é exclusivamente relevante em termos potenciais para a sua contribuição em sustentabilidade cultural e comunitária, visando relações sociais valiosas desses indivíduos, através do esporte.

Spaaij et al. (2019) apresentam uma atualização profunda do atual estado nesse campo de pesquisa, não apenas na compreensão teórica e metodológica, mas também aponta políticas e práticas talhadas a refinar o acesso de refugiados forçados ao esporte e à atividade física, tal como a saúde associadas a resultados sociais. Tal premissa aceita que o esporte inclui contextos sociais mais amplos e, ao executá-lo, gera resultados sociais positivos (DUKIC; MCDONALD; SPAAIJ, 2017). Dukic, McDonald e Spaaij (2017) expõem considerações importantes sobre “inclusão no esporte”, tal como os conceitos de “habitus esportivo” e “capital físico”. Esses conceitos são inspirados em Bourdieu, através do capital político cultural. De acordo com Bourdieu (1977), capital físico consiste em ativos econômicos, culturais e sociais que retratam e alavancam cinesia social em uma sociedade estratificada. O autor concebe que a visão predominante que atribuía à escola o papel centralizado na estruturação ideal de uma nova sociedade, pode ser contestada. Bourdieu (1977) ainda sugere que o corpo social justo, moderno, aberto e democrático não era dominante, evidenciando que a escola, na verdade, reproduzia as desigualdades sociais. Neste caso, é importante repensar como não reproduzir igualdades quando utilizar o esporte para integração de refugiados, principalmente através de órgãos tão institucionalizados

como a escola. Estes órgãos podem ser tanto públicos como não governamentais (DUKIC; MCDONALD; SPAAIJ, 2017).

Os autores Mila-Schaaf e Robinson (2010) desenvolveram o conceito de capital cultural através de seu exame de “sucesso” quando aplicaram algumas medidas (termos de escolaridade, emprego, medidas de saúde) nas Ilhas do Pacífico, na Nova Zelândia. Eles acrescentam o conceito de capital poli-cultural, que pode ser definido como como uma construção teórica que descreve a vantagem potencial que um determinado grupo pode experimentar através da exposição contínua a espaços sociais culturalmente diferentes. O capital poli-cultural é demonstrado por meio da “manutenção de valores do Pacífico, orgulho cultural, influência na língua do Pacífico e aceitação de povos do Pacíficos e outros” (MILA-SCHAAF; ROBINSON, 2010, p.14). McDonald e Rodriguez (2014) corroboram com os autores quando demonstram que o esporte, no caso do Rúgbi das Ilhas do Pacífico, pode criar um espaço para um crédito de capital político cultural. Para os autores, o capital político cultural é desenvolver as qualidades já existentes de cada ambiente ou indivíduo de maneira correta, sendo que quando implantadas com sucesso, as habilidades são reconhecidas e contribuem com o avanço social dos participantes do estudo. Os autores sugerem que ao invés de incorporar uma minoria a um grupo exclusivo, a inclusão social pode ser atribuída pela participação de indivíduos na comunidade esportiva. No referido estudo, os autores observaram que os homens das Ilhas do Pacífico já eram dados como dotados e agressivos naturalmente, e o capital político cultural colaborou com a legitimidade entre o Rúgbi e a masculinidade encontrada nos praticantes.

Alguns autores têm se referido ao termo pertencimento ao elaborar sobre a importância do esporte para refugiados. Por exemplo, Spaaij (2015) leva em conta para que pertencimento ocorre quando há um apego emocional que pode ser desenvolvido para com outros indivíduos, assim como um lugar ou modo de ser. Por este fato, esta visão considera

que a sensação de pertencimento é íntima e pessoal, e, portanto, não se limita apenas em termos étnicos e raciais, mas também em cenários mais amplos, como o pertencimento em relação ao gênero, parentesco, religião e à classe. Quando indivíduos em um determinado cenário não são capazes de desenvolver ou reproduzir a sensação de pertencimento, estes estão sujeitos a perder sua capacidade de interação com o ambiente em que estão situados. É neste contexto que Spaaij (2015) adiciona o papel dos atores governamentais no processo de criar a sensação de pertencimento, na medida em que eles também são responsáveis por conceder o poder de pertencer. Também complementando a ideia de Spaaij (2015) em relação à sensação de pertencimento, Ager e Strang (2008) propõem que é de grande importância que esta condição tenha uma discussão diária, seja em seu âmbito social seja em seu âmbito governamental, estabelecendo uma ligação sobre o processo de integração, o multiculturalismo e o esporte através de seus grupos (sejam times esportivos ou quaisquer outros grupos sociais).

Stone (2013) ao tratar do pertencimento cita o exemplo do Reino Unido, onde quando os refugiados se integram e desenvolvem tal sentimento, muitas vezes buscam de forma voluntária serviços e organizações para que possam ajudar outros recém-chegados. Segundo o autor, a grande esperança deste grupo é obter a sonhada aceitação no país de entrada, integrar-se em uma sociedade, e buscar trabalho e reconhecimento.

2.2.3 Refugiados, Esporte e Saúde

Spaaij et al. (2019) estabelecem que a promoção da saúde está entre os temas mais presentes da literatura que envolve esporte e refugiados. Promoção da saúde se refere ao processo de permitir que as pessoas aumentem o controle sobre determinantes de saúde, assim, melhorando seu vigor. Uma das maneiras que o esporte tem sido usado para promover a saúde de refugiados é através de benefícios sociais, como o entendimento (inter) cultural, conexão social e potencial de estabelecer um ponto de entrada para o esporte estruturado.

Spaaij et al. (2019) informam que o esporte vem sendo usado como instrumento para melhorar tanto a saúde física como a saúde mental de refugiados.

Hashimoto-Govindasamy e Rose (2011), Ley et al. (2018), Ley e Rato Barrio (2019) acrescentam que a migração forçada e o reassentamento estão ligadas a circunstâncias angustiantes que cooperam para debilitar o bem-estar físico e psicológico, incluindo altas taxas de trauma e outros distúrbios associados ao estresse. Para Knappe, Colledge e Gerber (2019) existe uma grande dificuldade em lidar com indivíduos de origem refugiada, provavelmente por causa da abalada saúde mental destes. Os autores reforçam um grande sofrimento psicológico dos envolvidos, já que estes foram submetidos a diversas condições extremas ainda no país de origem, como: dificuldades econômicas, discriminação, exclusão social e exploração, violência, perseguição política e religiosa, pobreza, prisão ou tortura. Knappe, Colledge e Gerber (2019) prosseguem que os refugiados possuem chances maiores de apresentarem distúrbios psicológicos, como depressão, ansiedade, surtos, pânico ou agressões.

Portanto, segundo Spaaij et al. (2019), a atividade física entre refugiados e migrantes forçados é regularmente enquadrada sob a ótica de resultados de saúde mental e física, gerando aptidão, bem-estar geral, auto eficácia e redução do estresse. Hartley et al. (2017) adicionam que a participação em intervenções de atividades físicas pode fornecer ao indivíduo um caminho para se estruturar rotineiramente e assim ajudar a recuperar o controle de sua vida.

O'Driscoll et al. (2014) ao descreverem a relação entre a prática de esportes e o dia a dia de migrantes consideram as diferenças de cultura e língua vivenciadas em seu processo de deslocamento, em um cenário onde há ainda riscos de saúde quando a participação deste grupo de indivíduos neste tipo de atividade é limitada. Os autores pontuam que tal risco encontra-se quando eram ativos em seu país de origem e passam a reduzir sua prática de

atividade física no novo território, seja devido ao acesso, a novas formas de deslocamento como automóveis, ou em casos contrários devido à dificuldade de acesso a referidas mobilidades (O'DRISCOLL et al., 2014).

Como sugestão para tratar do tema, os autores ressaltam a importância do esporte na vida dos refugiados como forma de integração e aculturação em seu novo meio.

Outro ponto de análise válido para a presente discussão está na abordagem de Murray (2014), que foca no trabalho que deve ser realizado em um momento anterior à prática de atividades físicas, já que questões urgentes surgem no trato com os refugiados, a citar como exemplo suas necessidades básicas que precisam ser assistidas: segurança, reunificação de famílias com seus entes e alimentação. Ao relacionar referidas carências com a saúde das populações refugiadas Murray (2014) ressalta que sua ausência leva a quadros de desenvolvimento de diabetes, ganho de peso e doenças cardiovasculares, e é justamente neste ambiente que o esporte ganha o papel de ferramenta necessária. Segundo Murray (2014), o esporte é visto como um agente de mudança social positivo devido à sua capacidade de trabalhar o capital humano e suas potencialidades. Assim, ao trazer para populações vulneráveis à utilidade das práticas esportivas, a autora registra que foi possível identificar ganhos emocionais, individuais, sociais e o trabalho de capital intelectual e financeiro.

Indo ao encontro com os demais autores, Murray (2014) complementa as argumentações ao reforçar que a prática de atividades físicas se torna uma ferramenta poderosa para trabalhar com as disparidades socioeconômicas e de saúde vivenciadas em comunidades carentes, além de promover a saúde em ambientes onde pessoas podem interagir uns com os outros, prosperando assim em suas respectivas comunidades. Além disso, Knappe, Colledge e Gerber (2019) corroboram ao apontarem o uso do esporte e do exercício físico como uma ferramenta de sucesso para tratar uma alta gama de distúrbios

psiquiátricos de refugiados e são considerados essenciais para o bem-estar humano. Corroborando com os autores, Anderson et al. (2019) indicam que especialistas agraciaram uma série de vantagens à saúde a programas esportivos. Os autores encontraram em seu estudo que, a participação em atividades esportivas contribuiu com diversão, redução do estresse, enfrentamento e construção de amizades aos envolvidos.

Olliff (2008), Nathan et al. (2010, 2013) e Bunde-birouste (2013) apontam que existem resultados positivos em saúde relacionados a benefícios sociais, como entendimento cultural, conexão social e o potencial ao estabelecer um ponto de entrada para participação estruturada no esporte. Segundo Spaaij et al. (2019), é neste momento que as óticas da saúde e do bem-estar se transpõem com o tema da integração e inclusão social.

Ainda no campo da saúde, Spaaij et al. (2019) lembram sobre os indicadores de integração e inclusão social e reconhecem o lazer como marcador e meio de integração, tal como Ager e Strang (2008), que defendem a saúde como um domínio central da integração. Spaaij (2012) solicitou para que o esporte e o lazer fossem considerados um marcador e meio de integração de refugiados. As atividades de lazer podem ajudar os migrantes recém-chegados a “aprender mais sobre a cultura de um país ou área local, e podem oferecer oportunidades para estabelecer conexões sociais, praticar habilidades de linguagem e melhorar a saúde e o bem-estar individuais em geral” (NDOFOR-TAH et al., 2019, p. 38).

Dhillon, Centeio e Dillon (2020) indicam que as atividades físicas têm o potencial de envolver e promover criticamente os espaços para os recém-chegados na comunidade. Os autores definem os espaços como estados de interação as atividades e acesso dos indivíduos. A disponibilidade da atividade física pode restringir a entrada de pessoas com ausência de relevância cultural, ou seja, pode ser menos provável que determinados grupos se envolvam com os refugiados, caso não tenham um genuíno interesse (DHILLON; CENTEIO; DILLON, 2020).

2.2.4 Refugiados, Esporte e Artes

Apriadi e Yuliantoro (2018) identificam o acesso ao esporte e à recreação como um direito fundamental para refugiados e requerentes de asilo em detenção de imigração. Eles consideram o cumprimento do direito à atividade física e recreação como um dos sete indicadores de proteção dos direitos humanos em um centro de detenção indonésio. Spaaij (2015), Baker-Lewton et al. (2017) e Seiberth et al. (2018) sustentam que a participação no esporte é descrita como um processo para facilitar a aculturação, integração, inclusão e sentimentos de pertença, tal como conectar jovens de origem refugiada a outros grupos com experiências distintas e a grupos que compartilham uma origem cultural similar.

Spaaij et al. (2019) lembram que os requerentes de asilo e refugiados experimentam formas de inclusão, demonstradas pela participação de indivíduos na vida cívica. Tal participação assume numerosas maneiras, por exemplo, os indivíduos realizam mais estudos, obtém emprego, iniciam um negócio, conquistam carteira de motorista, casam-se, ou até mesmo, saem para jantar em um restaurante local com alguns colegas de equipe (SPAAIJ et al., 2019).

As atividades esportivas podem funcionar como um ambiente favorável, onde as informações sobre outros serviços e sistemas podem ser compartilhados e onde podem ser desenvolvidas relações de confiança com os membros envolvidos, como treinadores e colegas (OLLIFF, 2008). Spaaij e Scheillée (2020) destacam em seu estudo, a fala de um homem de aproximadamente sessenta anos, quando diz que a maioria dos jovens vindos da Somália e que hoje residem na Holanda clamam por organizações que envolvem esportes, por possuírem diversos times por lá. O homem conclui que a única coisa que esses jovens sabem fazer, quando não estão em casa, é praticar esportes.

Dhillon, Centeio e Dillon, (2020) corroboram quando sugerem o esporte como fonte de conexão ao mundo natural, ou seja, o mundo natural é o fator comum que os recém-

chegados se familiarizam. Os autores apontam que os recursos do mundo natural, como subidas nas montanhas, caminhadas, jogar futebol e nadar refletem experiências semelhantes dos recém-chegados com seus países de origem. Dhillon, Centeio e Dillon (2020) apontam que no campo das artes, mais propriamente na música e dança, a exploração de quadros culturais através de percussão e movimentos pode contribuir com a construção de uma ponte emocional para apoiar a aculturação. Segundo os autores, o movimento criativo é uma maneira culturalmente importante para envolver os indivíduos no diálogo.

Complementar a O'Driscoll et al. (2014) e Murray (2014), Spaaij (2015) realiza uma abordagem sobre a importância do esporte na vida dos refugiados levando em conta a possibilidade que ele tem de permitir que os imigrantes se expressem através de suas práticas corporais e sejam capazes de construir uma identidade social e criar vínculos. Spaaij (2015) apresenta que o fato de praticar atividades físicas e assistir eventos esportivos é uma ferramenta que traz a possibilidade de socialização, já que os refugiados terão condições de serem ativos em seu meio. É possível identificar a similaridade entre os argumentos de Spaaij (2015) diante do exposto por O'Driscoll et al. (2014) quanto à importância da prática esportiva como forma de integração e aculturação. Já Uptin et al. (2013) relatam o estudo das experiências com refugiados de origem africana nas escolas australianas e, fornece detalhes importantes para o estudo do esporte e da migração forçada. Eles concluíram que havia um escopo limitado para os jovens antes refugiados desenvolverem identidades juvenis não racialmente estereotipadas no ambiente escolar. O esporte e música foram os poucos espaços disponíveis para o grupo, principalmente, para os meninos (UPTIN et al., 2013), sendo que eles obtiveram status social e relacionamentos entre classe e etnia. Por outro lado, as meninas não percebiam o esporte como uma maneira de serem incluídas em suas amizades na escola; conseqüentemente, eles tiveram que encontrar outros veículos para o avanço social da juventude de origem refugiada (UPTIN et al., 2013).

Em vista das discussões levantadas ao longo da revisão de literatura, Spaaij et al. (2019) sugerem que no processo de reassentamento de requerentes de asilo e refugiados, o esporte surge de fato como um importante veículo para contribuir com a inclusão social desses indivíduos; no entanto, oferecendo o desenvolvimento de um capital cultural político, além de fortalecer a resiliência e a participação cívica. Diniz (2018) reforça a discussão ao apresentar o aumento de projetos esportivos que assumem o papel de promover a integração e inclusão social de indivíduos. É perceptível que na contemporaneidade o esporte e sua prática assumem um papel maior do que apenas ser visto como símbolo de cuidado com a saúde. Jovens e adultos, ao praticá-lo, aprendem além das técnicas e o contato com demais jogadores, a exercer convívio com o coletivo e a desenvolver aptidões de gerenciamento de conflitos e de responsabilidade (DINIZ, 2018).

2.2.5 Refugiados, Esporte e Sustentabilidade

Knappe, Colledge e Gerber (2019) compartilham sobre a naturalidade de pessoas questionarem como um programa de exercícios e esportes em um campo de refugiados, com o objetivo de avaliar os efeitos na qualidade de vida dos participantes, pode ser sustentável. Neste mérito, Spaaij e Scheillée (2020) prosseguem ao afirmar que mais de oitenta por cento dos trabalhos científicos produzidos sobre o tema tenham se concentrado no esporte, intervenções físicas e nos esportes previamente organizados em equipe, no entanto, apenas cinco por cento das pesquisas publicadas concentra-se de maneira exclusivamente em eventos esportivos comunitários, como torneios e festivais. Eventos também têm potencial para a contribuir para a sustentabilidade cultural e comunitária de refugiados, podendo-se notar um resultado vital das relações sociais promovidas pela integração através de participação em eventos esportivos (SPAAIJ; SCHEILLÉE, 2020).

Para que futuros estudos possam cooperar com o tema de sustentabilidade, Ross (2008) desenvolveu uma valiosa intervenção teórica na literatura esportiva, que reproduziu

um quadro conceitual aplicável para a sustentabilidade no desenvolvimento do esporte. A autora definiu quatro formas: (1) Sustentabilidade individual: envolve mudanças de longo prazo em atitudes e/ou comportamentos de indivíduos através do envolvimento com o programa de desenvolvimento esportivo; (2) Sustentabilidade da comunidade: a manutenção de mudanças na comunidade em que o programa de desenvolvimento esportivo é entregue; (3) Sustentabilidade organizacional: manutenção ou expansão de programas de desenvolvimento esportivo pela organização responsável por sua entrega; (4) Sustentabilidade institucional: mudanças a longo prazo nas políticas, práticas, condições econômicas e ambientais no contexto mais extenso do programa de desenvolvimento esportivo. A autora sugere deixar livre a possibilidade para que as comunidades possam ser interpretadas geograficamente e culturalmente no âmbito esportivo ou organizacional.

De acordo com Spaaij e Scheillée (2020), há várias maneiras de considerar a cultura em sustentabilidade, que sustentam outras posições políticas e normativas. Agregando com os autores, Soini e Birkeland (2014) apresentam sete “histórias” na representação da cultura nas falas sobre sustentabilidade cultural, são elas: (1) herança e vitalidade – as linhas de história da herança da vitalidade cultural enquadram sustentabilidade cultural como prosseguimento da cultura por exemplo, através das artes ou do esporte; (2) viabilidade econômica – ela traz as práticas liberais de cultura, como um recurso que é usado para alavancar a promoção instrumental no mercado de serviços que garante a viabilidade econômica de locais e comunidades, principalmente através do turismo e da economia criativa; (3) sustentabilidade econômica – os autores relatam que o tema é raramente discutido, no entanto é uma parte essencial das discussões sobre ecologia, modernização, economia verde e bioeconomia, que buscam combinar objetivos ecológicos e sociais de sustentabilidade por meios econômicos; (4) diversidade e (5) localidade – os autores destacam a sustentabilidade cultural não apenas em termos da inclusão de várias percepções

e valores, mas também em relação aos direitos culturais de grupos em locais específicos; (6) resiliência eco-cultural e (7) civilização eco-cultural – estas buscam uma maneira mais eficiente no que diz respeito à integração dos sistemas humano e natural, através de uma reconexão e até uma mudança de paradigma, analisando o desenvolvimento sustentável através de lentes ecológicas; tais procedimentos podem contribuir com uma virada ecológica da cultura, em relação a como estamos nos comportando no mundo.

Spaaij e Scheillée (2020) justificam as ideias acima, quando fortalecem a importância na realização de algum trabalho conceitual para apresentar a noção de sustentabilidade no contexto do esporte como meio para inclusão social de migrantes e refugiados. Os autores indicam a possibilidade de a comunidade exigir esclarecimentos sobre o tema, devido à sua natureza polêmica, inclusive em relação ao esporte comunitário. Ao aceitar isso, é possível conectarmos a sustentabilidade da comunidade à noção de sustentabilidade cultural, que ganha notoriedade internacional como um pilar de sustentabilidade e bem-estar da comunidade, inclusive em relação à migração (SPAAIJ; SCHEILLÉE, 2020). Os autores ainda destacam que a sustentabilidade funciona também como um intercâmbio social, ou seja, vários participantes locais de seu estudo relataram sobre o aprendizado cultural adquiridos através do contato com imigrantes e refugiados, havendo assim a conexão entre os que chegam e os que são do país.

Ainda sobre Spaaij e Scheillée (2020), os autores acreditam que as organizações têm o potencial de desenvolver um papel valioso na promoção do crescimento sustentável e da sustentabilidade cultural. Os autores identificaram em seu estudo, algumas práticas de sustentabilidade cultural e comunitária em volta de um torneio de futsal em Amsterdã, realizado com refugiados e migrantes forçados da Somália. Neste estudo, os resultados indicam que o torneio de futsal promoveu dois – herança e vitalidade cultural – dos sete fatores definidos por Soini e

Birkeland (2014) como possíveis resultados de uma visão sustentável de eventos culturais (incluindo eventos esportivos). Spaaij e Scheillée (2020) destacaram as práticas de sustentabilidade de eventos esportivos e a conexão com a cultura e identidade dos refugiados analisados no estudo (da Somália), além do efeito cascata na capacidade de auto-organização. Por exemplo, os autores identificaram a experiência dos participantes em sentir pertencimento à comunidade da Somália, ao se envolver com a cultura e o patrimônio somaliano. Durante o torneio, os centros esportivos foram transformados em espaços culturais da Somália, onde elementos da cultura somaliana eram encontrados com facilidade (SPAAIJ; SCHEILLÉE, 2020). Os autores identificam o patrimônio cultural através de diversas maneiras, como a língua falada do país, uniformes de futebol da Somália, apresentações de danças, poesia e exibições de livros oriundos da África.

O exemplo do torneio de futsal em Amsterdã com refugiados da Somália pode servir de inspiração para outros estudos onde características similares podem ser encontradas. Por exemplo, no Brasil existe o caso da Copa dos Refugiados, organizada pela ONG África do Coração. Situada na cidade de São Paulo, a ONG contou com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), para a criação do torneio, que teve seu início em 2014, em São Paulo – SP. Segundo Abdul Baset Jarour, o coordenador – geral da Copa dos Refugiados e vice-presidente da ONG, os principais jogos oferecem ao público além do entretenimento através do esporte, também feiras culturais com música, dança, exposição de produtos e comidas típicas. Abdul informa que em todas as edições, a Copa contou com média de dezesseis nacionalidades, como Guiné-Bissau, Tanzânia, Líbano, Mali, Venezuela, Camarões, Coreia do Sul, República Democrática do Congo, Togo, Colômbia, Haiti, Gâmbia, Angola, Nigéria, Níger e Benin.

Mesmo que haja dificuldades expostas neste tema, diversas histórias de sucesso podem ser relatadas, por isso, Spaaij et al. (2019) sugerem que os programas de inclusão de

requerentes de asilo e refugiados podem trabalhar em cima de suas dificuldades, para então, ajudá-los a participar e experimentar várias formas de inclusão social em um país. Spaaij e Scheillée (2020) complementam sobre a importância do engajamento social e principalmente das organizações envolvidas com refugiados e migrantes forçados para que a relação com o esporte seja uma experiência benéfica para os indivíduos. Os autores comentam que nesse sentido, o esporte atua como uma forma significativa para a produção e consumo da cultura em questão. No entanto, segundo os autores, embora as práticas pareçam viáveis, como a sustentabilidade destacada acima, existe a grande dificuldade de gerenciar os recursos existentes principalmente a longo prazo.

Spaaij e Scheillée (2020) acrescentam que a sustentabilidade individual é baseada no gênero, ou seja, meninas e mulheres não experimentam acesso completo as oportunidades, além de identificarem outros espaços para estudo nesse campo. Knappe, Colledge e Gerber (2019) complementam que ainda há um grande campo experimental e uma área com muitos ângulos científicos a serem explorados, principalmente para as mulheres. Os autores acreditam que apesar das limitações encontradas nesse campo de estudo, espera-se que mais pesquisadores entrem nessa linha de pesquisa, para que em breve o tema possa contribuir de maneira mais assídua na vida dos refugiados e migrantes não forçados.

Vários autores apontam para a necessidade de um melhor gerenciamento de programas e atividades esportivas (incluindo torneios e campeonatos) envolvendo refugiados, a fim de que estes possam se tornar sustentáveis e efetivos (KNAPPE; COLLEDGE; GERBER, 2019; SOINI; BIRKELAND, 2014; SPAAIJ et al., 2019; SPAAIJ; SCHEILLÉE, 2020). De acordo com Rocha e Bastos (2011), a gestão do esporte acompanhou a evolução desta área na medida em que houve cada vez mais a necessidade de um profissional que tivesse conhecimento profundo da área esportiva, a fim de auxiliar a expansão de franquias esportivas assim como de departamentos e clubes atléticos. Para além

do mundo comercial, a gestão esportiva tem também auxiliado a organizações não governamentais (ONGs) e organizações do terceiro setor a alcançar objetivos sociais através de uma melhor administração. A gestão esportiva, portanto, encontra seu espaço nas organizações – a exemplo de clubes, equipes esportivas, federações e confederações, ligas e entidades, ONGs e outras organizações do terceiro setor – que buscam em seu trabalho com o capital humano e com recursos diversos atingir um objetivo de forma eficaz. Assim, conhecimentos da área de gestão esportiva podem ser usados para um melhor gerenciamento de programas esportivos voltados a refugiados (ROCHA; BASTOS, 2011). Muito pouco se sabe como estes programas são organizados e gerenciados no Brasil. Este é uma importante lacuna na literatura que deve ser preenchida o mais rápido possível, a fim de que refugiados acolhidos no Brasil possam se beneficiar do esporte como instrumento de integração social. O foco do presente trabalho encontra-se nos resultados sociais que determinados programas esportivos podem ter.

Ademais, quando se trata da gestão do esporte, Azevedo (2009) reforça que esta não se limita apenas à área empresarial, ocorrendo ainda nas esferas de políticas públicas na medida em que podem auxiliar a uma mobilização ainda maior para que o esporte se efetive como uma prática e ação social de relevância. Neste sentido, se o esporte tem a condição de assumir o papel de ferramenta de integração, na medida em que trabalha aptidões e desenvolve as capacidades sociais, emocionais e de inserção dos refugiados na nova localidade em que se encontram, a maneira como este é gerenciado e administrado para atingir este objetivo precisa ser investigada cientificamente.

2.3. Modelo Conceitual para Integração Social de Refugiados

A presente investigação se utilizou do modelo conceitual de integração de refugiados proposto por Ager e Strang (2008). Os autores consideram que iniciativas específicas que podem contribuir com a integração social de refugiados e reconhecem diversas barreiras

estruturais para a conexão efetiva desses elementos. Segundo os autores, as maneiras de superar essas barreiras são através de meios facilitadores para os processos de integração.

Ager e Strang (2008) reforçam, antes de tudo, que na literatura não há uma definição formal do termo “integração”. Como corroborado por Robinson (1998), a integração é um conceito caótico, já que é uma palavra usada por muitos, porém entendida de forma distinta pela maioria. Castles et al. (2001) complementam quando sugerem que não há uma definição, teoria ou modelo único, geralmente aceito, de integração de imigrantes e refugiados. De acordo com os autores, o termo prossegue problemático e debatido constantemente. No entanto, segundo Ager e Strang (2008), o termo “integração” segue como um objetivo político declarado quando relacionado diretamente para projetos que trabalham com refugiados. Sendo assim, os autores realizaram uma tentativa ao analisar se é possível uma definição operacional do conceito, apresentando pontos coletivos nas assimilações do que concebe uma integração de sucesso em uma variedade de partes interessadas significativas.

Essa tentativa, resultou no desenvolvimento de uma estrutura que sugere dez domínios principais que refletem entendimentos normativos de integração e fornece uma estrutura potencial para análise de resultados relevantes (AGER; STRANG, 2004). Os autores acreditam que os domínios atuam como forma de facilitar a discussão sobre percepções de integração que são acessíveis a todos os envolvidos, como formuladores de políticas, pesquisadores, prestadores de serviços e refugiados. É destacado por Ager e Strang (2008) que a estrutura em questão não tem como objetivo mapear de forma abrangente conteúdos políticos, sociais, econômicos e institucionais que intervêm o processo de integração. Conforme os autores, a estrutura trabalha como “teoria de médio alcance”, averiguando fornecer uma estrutura conceitual coerente para então considerar, através de uma perspectiva normativa, o que constitui os componentes da integração mais expressivos.

O modelo conceitual de Ager e Strang (2008) se encontra representado na Figura 1, onde identificaram dez chaves de integração, que são relacionados a quatro temas gerais:

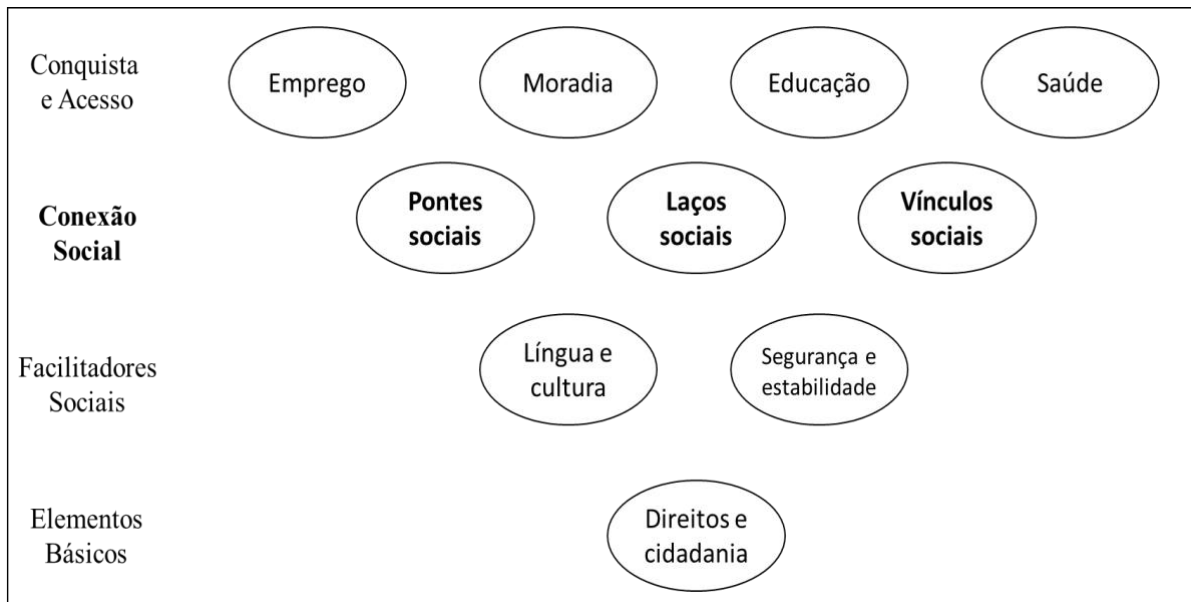


Figura 1 – Modelo Conceitual para Integração Social de Refugiados (AGER; STRANG, 2008)

A partir do modelo conceitual de Ager e Strang (2008), a presente investigação focou no segundo tema geral – Conexão social. Isto não nega a importância de todos os outros temas para se entender a integração social de refugiados. Esta é uma opção para tornar o presente projeto factível no tempo disponível. Além disto, como visto na revisão de literatura, o esporte parece ser um elemento eficiente para que os refugiados criem pontes sociais, laços sociais e vínculos sociais na nova comunidade onde se veem inseridos.

Para desenvolver o modelo, os autores adotaram uma metodologia indutiva, composta por quatro elementos diferentes: análise documental e conceitual; trabalho de campo em ambientes de assentamento de refugiados; análise secundária de dados de pesquisas transversais; e verificação. Ager e Strang (2008) destacam a análise documental e conceitual, quando apontam os diversos indicadores de integração propostos no relatório do Conselho da Europa (2007), “Medidas e indicadores de integração”. Os autores apontam

outras 49 definições discretas de “integração” ou conceitos relacionados. Tais vertentes da literatura foram usadas para análises de reflexões publicadas sobre processos e resultados de integração para refugiados.

O estudo de Ager e Strang (2008) envolveu duas comunidades com um longo histórico de recebimento de refugiados: Islington, em Londres e Pollokshaws, em Glasgow. As entrevistas em ambos os locais foram precedidas por um exercício de mapeamento social. De acordo com os autores, esse procedimento foi usado como base para identificar grupos determinantes da população para entrevistas e para obter uma visão preliminar da dinâmica local dos processos da integração (AGER; STRANG, 2008).

A integração é um processo de mudança bidirecional a longo prazo, que se relaciona tanto às condições quanto à participação efetiva dos refugiados em todos os aspectos da vida no país de asilo durável, bem como ao próprio sentimento de pertencimento e associação dos refugiados às sociedades europeias (ECRE, 1999). O presente estudo analisou como a conexão social dos refugiados acontece e como o esporte pode ou não facilitar isto. De acordo com Ager e Strang (2008), os processos que envolvem conexão social são vistos como mediadores ou disponibilizam “tecido conjuntivo” entre os princípios indispensáveis de cidadania e direitos, por um lado, e conquistas e acesso, por outro. Como reforçado pelos autores no trabalho original, os refugiados reconhecem a conexão social como a característica definidora para se integrarem à nova comunidade.

De acordo com Ager e Strang (2008), a abordagem utilizada foi focar na experiência dos refugiados. Os autores apontam que esse procedimento moldou o entendimento em relação às ideias de integração como “inserção” de um grupo no meio de outro. Ou seja, é sugerido que a palavra “bidirecional” indica a relevância de o termo “integração” ser visto como um processo de adequação mútua e, portanto, relevar os meios de conexão social entre os refugiados e outros indivíduos das comunidades nas quais eles se acomodam. Ager e

Strang (2008) verificaram que os entendimentos locais de integração em Pollokshaws e Islington foram altamente influenciados pelas expectativas de interação entre grupos da área. Segundo os autores, a ausência de conflito e a “tolerância” de grupos variados foram considerados para refletir a integração.

A referida análise conceitual identificou diferentes maneiras de relacionamento social que poderiam ser utilizadas para compreender o fenômeno da integração (AGER; STRANG, 2008). Putnam (1993) e Woolcock (1998) reconheceram três maneiras distintas de conexão social: laços sociais (com a família e formas de grupo co-étnica, co-nacional, co-religiosa ou outras; pontes sociais (com outras comunidades) e vínculos sociais (com as estruturas do Estado).

Com relação aos laços sociais, como informado por Ager e Strang (2008), refugiados valorizam a proximidade com a família, uma vez que isso lhes permitia dividir práticas culturais e manter certos padrões familiares de relacionamento. De acordo com Hale (2000), ao estabelecer conexão com grupos semelhantes, os envolvidos recebem diversos benefícios para uma integração competente. O papel das organizações que disponibilizam seus esforços para a integração dos refugiados é de extrema valia, uma vez que a conexão social também contribui para os indivíduos manterem seus costumes, religião, falar seu próprio idioma, além de celebrar suas tradições e conversar sobre notícias de seus países de origem (BLOCH et al. 1999).

Com relação às pontes sociais, Ager e Strang (2008) mostram a importância da relação com grupos distintos, uma vez que, se uma comunidade estiver integrada, os elementos desta participarão igualmente e sem preconceitos das atividades e passatempos disponíveis. Ager e Strang (2008) apoiam ainda mais a distinção entre contato social com comunidades locais que reflete “amizade” (geralmente compreendida pela ausência de conflito e senso de aceitação), ou seja, um envolvimento mais caloroso com a população

local. A priori, os autores identificaram a ligação de segurança, que foi mais intimamente associada a julgamentos positivos de “qualidade de vida” dos refugiados. De acordo com Woolcock (1998), as evidências apresentadas indicam benefícios sociais e econômicos a longo prazo para uma comunidade local. O autor complementa que este capital de “ponte” tende a favorecer as oportunidades de emprego, por exemplo.

Com relação aos vínculos sociais, Ager e Strang (2008) apontam as conexões vinculadas entre os indivíduos e estruturas do Estado. Ager e Strang (2008) identificam a falta de familiaridade com o ambiente, ausência do idioma de origem, dentre outros problemas, como circunstâncias similares dos refugiados que limitam a ligação entre estes e o Estado. É lembrado pelos autores que em Islington, os indivíduos entrevistados perceberam como o acesso a serviços locais traziam uma igualdade aos moradores locais. Os refugiados viram benefícios em morar em áreas onde o assentamento para eles era mais estabelecido, já que os serviços locais eram enxergados como mais capazes de lidar com as necessidades específicas dos refugiados. Eles relatam ainda que em Pollokshaws, as atividades de apoiar o acesso dos refugiados aos serviços locais foram denominadas como valiosas e inclusas. No entanto, os autores concluem que esses domínios não são usuais e reconhecem diversas barreiras estruturais para a conexão efetiva.

Este modelo conceitual parece se encaixar muito bem na atual proposta de pesquisa, uma vez que o esporte será investigado como um fator de conexão social para refugiados no Brasil. O esporte pode facilitar laços sociais (entre pessoas de uma mesma nacionalidade que agora se encontram como refugiados no Brasil), pontes sociais (entre refugiados e moradores locais) e vínculos sociais (entre refugiados e o Estado, o que pode ser facilitado por companheiros de time e instrutores).

Portanto, ao retomar os pensamentos de Dukic, McDonald e Spaaij (2017), os autores afirmam que existem diversas maneiras pelas quais alguém pode participar da

comunidade. Em estudo, os autores apresentaram que o hábito de praticar futebol pode estabelecer autoconfiança, resiliência e as redes sociais necessárias (capital policultural) para se engajar com a coletividade, além de ser, em termos gerais, o esporte mais popular do planeta. Não supreendentemente, o subproduto impensado ao praticar futebol é literalmente o “habitus do futebol”, sendo que ao realizar o contato com a bola, os indivíduos movem-se naturalmente abaixo do nível de reflexão consciente (Bourdieu e Wacquant, 1992). Complementando, Shilling (2012) diz que a posse da bola no pé é uma forma de capital físico, já que chutar uma bola, proporciona um espaço de familiaridade, confidencialidade e até mesmo liberdade no sentido de movimento e fluxo. Stone (2013) pontua que o futebol enquanto ferramenta de integração assume o papel de dar consistência à vida destes indivíduos, já que tem a capacidade de fornecer uma conexão com o meio e com outros agentes onde está buscando inserir-se. Outro papel assumido pelo futebol enquanto escopo de análise para a integração de migrantes está no fato de que, ao praticá-lo, o indivíduo que o executa pode aliviar suas pressões da vida diária na atividade física, na medida em que o jogo produz emoções e traz experiências que podem ser positivas e reflexivas (STONE, 2013).

Assim, mesmo podendo ser diferente em algumas culturas, o futebol acaba por se tornar uma possibilidade de criação de rotina e uma forma de expressão cultural e pessoal entre quem o pratica. O futebol pode ser entendido como uma ferramenta de expressão da sociabilidade (STONE, 2013).

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento do Estudo

O estudo coletou dados primários obtidos a partir de entrevistas que foram conduzidas pelo pesquisador. A metodologia utilizada pela presente pesquisa foi de abordagem qualitativo-descritiva com análise temática (BRAUN; CLARKE, 2006). O objetivo das entrevistas e da análise temática foi buscar nas respostas dos participantes como o esporte em geral e, mais especificamente, o futebol tem sido ou pode ser utilizado como uma ferramenta de integração de refugiados no Brasil.

3.2 Participantes

Foram convidados a participar do estudo apenas refugiados e requerentes de asilo adultos, do sexo masculino, praticantes e não praticantes de futebol e que tinha contato com as ONGs “África do Coração” e “ADUS”. Foram entrevistados sete praticantes de futebol contatados a partir da ONG “África do Coração” e cinco não praticantes de futebol contatados a partir da ONG “ADUS”, totalizando 12 participantes envolvidos no projeto, conforme apresentado na Tabela 1.

3.3 Procedimentos de Coleta de Dados

Foram considerados para o estudo, os refugiados cadastrados no local da ONG “África do Coração”, localizada na Rua Do Carmo 56, Sala 303, andar três, Sé, São Paulo – SP e no Instituto “ADUS”, localizado no Condomínio Ed Seguradoras - Av. São João, 313 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo - SP, 01035-905. Ambas as organizações foram contatadas e concordaram em ajudar o pesquisador a contatar os possíveis participantes.

Após a aprovação do comitê de ética, os refugiados foram contatados e perguntados sobre o interesse em participar de um estudo sobre a prática do futebol. A proposta inicial era conduzir as entrevistas pessoalmente. No entanto, devido a pandemia de coronavírus, as

entrevistas foram conduzidas de modo remoto, via aplicativo WhatsApp (porque este era, segundo os entrevistados, o aplicativo mais eficaz para atender às necessidades deles).

Tabela 1 – Características demográficas dos participantes

Participante	Nacionalidade	Idade (anos)	Praticante de futebol?
1	Guiné Bissau	32 ANOS	SIM
2	Guiné Bissau	29 ANOS	SIM
3	Guiné Bissau	31 ANOS	SIM
4	Colômbia	22 ANOS	SIM
5	Angola	25 ANOS	SIM
6	Guiné Conacri	31 ANOS	SIM
7	Venezuela	23 ANOS	SIM
8	Angola	20 ANOS	NÃO
9	Angola	24 ANOS	NÃO
10	Burkina Fasso	25 ANOS	NÃO
11	Angola	28 ANOS	NÃO
12	Burkina Fasso	25 ANOS	NÃO

Por terem sido realizadas no modo remoto, o pesquisador entrou em contato com o entrevistado antes da entrevista e pediu que ele estivesse em um ambiente isolado o suficiente, na ausência de interferências e/ou qualquer outro mecanismo de desconforto pela presença de terceiros, para que pudesse falar sem ter o receio que alguém estivesse ouvindo. Foi explicado ao entrevistado a importância de tal procedimento para a qualidade da entrevista. Ainda no caso de entrevista remotas, o entrevistador enviou o TCLE em um arquivo PDF via WhatsApp para o entrevistado com antecedência. Além disto, antes de iniciar a entrevista, o entrevistador leu o TCLE e solicitou consentimento ao entrevistado, ao que foi atendido

Para a coleta dos dados, foram empregadas entrevistas semiestruturadas. Segundo Duarte (2004), o método em questão “provoca” um discurso sensivelmente livre, contanto que respeite os objetivos da pesquisa em questão atendendo o contexto investigado. Entrevistas são fundamentais para o mapeamento de ações, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais intrínsecos, onde conflitos não estejam evidentemente esclarecidos (DUARTE, 2004). Segundo Boni e Quaresma (2005), a entrevista semiestruturada possibilita o aproveitamento de recursos visuais, como cartões, fotografias, concedendo ao entrevistado a oportunidade de sentir-se mais à vontade, fazendo-o lembrar situações vividas, o que não seria possível em um questionário estruturado, por exemplo.

O projeto apresentado buscou principalmente descrever a percepção dos refugiados, portanto entrevistas semiestruturadas se apresentaram com o meio mais efetivo para coleta de dados. Para isto, o pesquisador agiu de forma a diminuir o máximo possível da violência simbólica apresentada pela sua própria figura durante as entrevistas. As entrevistas possibilitaram ao pesquisador encaminhar palavras, sinais verbais de incentivo e agradecimento, facilitando assim essa troca de informações formais e informais (BONI;

QUARESMA, 2005). Não houve qualquer intercorrência ou desconforto emocional apresentado por qualquer participante

Os participantes não foram identificados pelos seus nomes verdadeiros, de modo a manter o anonimato dos participantes. Para a apresentação dos resultados, cada participante recebeu um número (ver Tabela 1). Os participantes foram informados que suas respostas seriam divulgadas como meio para melhor conhecer o processo de integração social de refugiados no Brasil, mas que em nenhum momento eles seriam identificados por seus nomes ou outras características únicas. Todos os esforços foram feitos para manter a confidencialidade das suas respostas. Isto não é, não foram utilizadas falas ou dados que possam associar determinadas respostas a indivíduos.

3.4 Roteiro para Entrevistas

Para os participantes que não participavam em torneios organizados de futebol, o seguinte roteiro de entrevistas foi utilizado:

- 1- Você praticava atividades física ou esporte em seu país de origem? Você pratica atividades física ou esporte aqui no Brasil? Por quais motivos pratica? [Caso “não”] Por que não pratica esporte? [Caso não mencionem o futebol] E futebol, você joga, gostaria de jogar?
- 2 – Você assiste jogos de futebol? Se sim, quais são seus times e jogadores preferidos?
- 3- O futebol é um assunto frequente em conversas com seus amigos?
- 4- Você acha que participar de esporte (ou futebol) pode te ajudar a se integrar mais facilmente ao Brasil (à cidade, à comunidade)? Por quê?
- 5- Você gostaria que a ADUS disponibilizasse programas de Futebol?

Para os participantes que participavam em torneios organizados de futebol, o seguinte roteiro de entrevistas foi utilizado:

- 1- Jogar futebol tem te ajudado a se integrar ao/no Brasil? Como? [Peça para dar exemplos]
- 2- Você percebe alguns pontos negativos ao jogar futebol aqui? [Se sim] por que você acha que isto acontece?
- 3- Você se lembra de como foi o primeiro jogo que você participou no Brasil? Quais foram as sensações?
- 4- Você assiste jogos de futebol na televisão? Se sim, quais são as principais diferenças existentes entre o futebol de seu país de origem e o futebol brasileiro em sua opinião?
- 5- Se você não tivesse mais acesso a programas de futebol, isto impactaria sua vida no Brasil de forma negativa? Explique.

3.5 Análise de Dados

De acordo com Braun e Clarke (2006), a análise temática é um método que consiste em identificar, analisar e relatar padrões dentro dos dados analisados qualitativamente. Braun e Clarke (2006) dividem o processo de análise temática em seis fases: familiarização com os dados; geração de códigos iniciais; busca por temas; revisão dos temas; definição e nomeação dos temas; e produção do relatório. Então, no presente estudo, a análise temática foi conduzida a partir da transcrição das entrevistas que foram realizadas com os refugiados aptos a participar deste projeto. Tal análise foi baseada nas seis fases já mencionadas e definidas por Braun e Clarke (2006).

3.6 Aspectos Éticos

O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) local para apreciação e autorização antes que qualquer contato seja feito com os refugiados. O contato com as ONGs precisou ser feito antes para se verificar a viabilidade do projeto. As cartas

com aceitação da participação e colaboração das duas ONGs foram anexadas ao processo do CEP.

Destacavam-se como benefícios deste projeto: conhecer o perfil de uma parcela da população de refugiados acompanhados por ONGs no estado de São Paulo; conhecer a adesão às atividades das ONGs relacionadas e não relacionadas ao esporte (futebol) e seu impacto na vida dos refugiados; obter informações fundamentais para orientação e planejamento de ações que possam favorecer a adaptação dos refugiados às suas novas condições de vida e proporcionar sua integração social no Brasil. Destacava-se como possível risco deste projeto, um desconforto emocional no participante por se lembrar de fatos do passado, mas isto não ocorreu durante as entrevistas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DE DADOS

Após a disposição, especificação e inclusão, o presente trabalho buscou através de entrevistas remotas, representar o entendimento dos refugiados frente a programas de futebol como ferramenta de integração social no Brasil. Sete temas foram identificados a partir da análise temática das entrevistas: (1) futebol como meio do aprendizado ou aperfeiçoamento da língua portuguesa, (2) futebol como intercâmbio cultural, (3) futebol como instrumento de visibilidade para as causas dos refugiados, (4) futebol como desenvolvedor de vínculos, relacionamentos e amizades, (5) futebol como peça fundamental de lazer, (6) futebol como evidenciador do racismo e da discriminação social e racial e (7) dificuldade da prática do futebol devido logística e ausência de locais adequados para o esporte. Na sequência, estes temas são explorados e discutidos como fatores positivos e negativos do futebol enquanto instrumento de integração social de refugiados.

4.1 Aspectos Positivos do Uso do Futebol como Ferramenta para Integração Social de Refugiados

Durante as entrevistas, os participantes que praticam e/ou praticaram futebol através da Copa dos Refugiados e de atividades livres relataram a importância do esporte como ferramenta de integração social no Brasil. Foram identificados cinco temas importantes que denotam aspectos positivos de acordo com a percepção dos entrevistados: (1) futebol como meio do aprendizado ou aperfeiçoamento da língua portuguesa, (2) futebol como intercâmbio cultural, (3) futebol como instrumento de visibilidade para as causas dos refugiados, (4) futebol como desenvolvedor de vínculos, relacionamentos e amizades, e (5) futebol como peça fundamental de lazer.

O futebol como meio do aprendizado ou aperfeiçoamento da língua portuguesa foi o tema mencionado mais frequentemente pelos entrevistados. Por exemplo, o participante 1 disse que:

Já cheguei falando português devido meu país de origem ser uma das colônias portuguesas na África. No entanto, aprendi inúmeros dialetos presentes no futebol que me ajudaram a entender as diferenças existentes entre o português de minha terra natal e o português do Brasil.

O participante 2 ratificou o aprendizado de novos termos da língua portuguesa falada no Brasil através do futebol, ao dizer que:

Graças ao futebol, minha integração foi fácil. No Brasil, todos acompanham o futebol. Através do esporte, aprendi principalmente a me comunicar melhor em português. Durante a prática do futebol, conhecemos dialetos que talvez não sejam tão comuns em um ambiente mais formal. O modo de vida do brasileiro é totalmente ligado ao futebol. Posso dizer que minha evolução no idioma português evoluiu consideravelmente dentro do esporte. O futebol me ajudou e muito, acredito. Meu idioma de origem é o francês, e agora percebo a fluência que possuo no português e me sinto feliz.

Já o participante 5 vai além ao expor que o futebol também contribui para avanços da língua portuguesa em outras áreas da sociedade, como por exemplo o seguimento acadêmico:

Atualmente sou um aluno de uma Universidade da Bahia. Acredito que o futebol contribuiu diretamente para meu desenvolvimento pessoal e se hoje tenho amigos no mundo universitário, acredito que devo muito ao esporte. Aprendi que o futebol possui uma linguagem própria e posso afirmar que meu desenvolvimento cultural e linguístico é graças ao futebol.

Por fim, o participante 6 revelou que a proximidade com pessoas que também amam o futebol, contribuiu para aprimorar o idioma local: “Foi muito importante viver próximo a pessoas que amavam o futebol como eu. No esporte, conheci meus amigos brasileiros e assim, aprendi o português. Posso dizer que sem o futebol, minha integração seria mais complexa”.

Spaaij e Schaillee (2020) discorrem sobre a falta de conhecimento cultural, incluindo o idioma local, dos indivíduos que buscam refúgio em outro país, como barreiras que contribuem para a difícil integração social dos refugiados no país. Num estudo com refugiados Somali em Amsterdã, Spaaij e Schaillee (2002) encontraram que o futsal poderia ajudar tais refugiados a superar barreiras culturais (incluindo a língua). Eles usam o termo “sustentabilidade cultural” para ilustrar este importante papel do esporte na integração social de refugiados. Os exemplos de transcrições acima, mostram que os refugiados na cidade de São Paulo, também enxergam o futebol como um importante fator para quebrar barreiras sociais. A facilitação do idioma é o primeiro fator que exemplifica a quebra de barreiras.

O modelo conceitual desenvolvido por Ager e Strang (2008) aponta dez importantes chaves de integração social de refugiados. A partir deste modelo, os facilitadores sociais – língua e cultura foram os primeiros a aparecer no discurso dos sujeitos durante as entrevistas. Eles relatam como o futebol se tornou uma ferramenta fundamental para sua integração no Brasil.

O segundo tema que denota um aspecto positivo foi o uso do futebol como um instrumento de intercâmbio cultural tanto dos refugiados com os brasileiros quanto entre os próprios refugiados de diferentes países.

Com o futebol aprendi a ter mais alegria, a entender mais sobre o cotidiano das pessoas. Tudo aqui é muito intenso e o esporte me ajudou a entender isso. Acredito que o futebol possa ser mais útil para a sociedade. Muitas pessoas não se interessam em saber sobre a Colômbia sentados em uma sala de aula, mas quando estou jogando, entendo que há um interesse sobre meu país e neste momento, acontece uma grande troca de conhecimento cultural. É muito bacana. Para mim, o futebol é a solução (Participante 4).

Além da troca cultural com brasileiros, a conexão social tem contribuído para os indivíduos manterem seus costumes, religião, falar seu próprio idioma, celebrar suas

tradições (BLOCH et al. 1999). A Copa dos Refugiados, evento realizado pela ONG África do Coração (que conta, basicamente, com imigrantes e refugiados em seu quadro diretivo, além de funcionários e voluntários de diferentes nacionalidades) é o maior exemplo de evento voltado para a integração esportiva e é muito bem aceito pelos refugiados no Brasil.

Com certeza, o futebol oferece as pessoas que o praticam a oportunidade de extensão de conhecimento cultural. Gosto muito da iniciativa e acredito que eventos assim contribuem não só com o nosso povo, mas também para os brasileiros. Através da Copa [dos Refugiados], os nativos do Brasil podem aprender mais sobre nós e assim, entender que estamos aqui para sermos felizes. Merecemos isso (Participante 7).

Apoiado pelo ACNUR, a Copa dos Refugiados tem como objetivo a integração de pessoas refugiadas por meio do esporte, envolvendo indivíduos que representam seus países de origem, promovendo suas culturas, talentos e conhecimentos no Brasil. "Lá posso competir, me sentir valorizado, ver colegas que passaram as mesmas coisas que eu. Posso dizer que a Copa dos Refugiados é incrível, mais do que futebol, é um evento cultural" (Participante 3).

Foi notório entre os entrevistados que não possuem acesso a programas de futebol e a prática frequente em atividades livres, o interesse em participar de futuros programas voltados ao esporte. "Com certeza se a ONG tivesse programas esportivos, faria parte. Essa ideia pode ajudar muito as pessoas que passam pela mesma situação que eu." (Participante 8).

Jogava futebol no meu país. Já aqui no Brasil está muito difícil, porque não temos programas que nos ajudam a jogar. Penso que é mais difícil porque somos estrangeiros. Gostaria muito de jogar futebol aqui, mas ainda não consegui (Participante 9).

O terceiro tema traz o futebol como instrumento de visibilidade para as causas dos refugiados. De acordo com Moreira e Baeninger (2010), apesar dos avanços, a população brasileira sabe pouco sobre a situação dos refugiados e a falta de visibilidade da questão dos refugiados contribui com a constante discriminação, falta de acesso à cidadania, dificuldade de integração, entre outros problemas. Dessa forma, o futebol é preciosa ferramenta de visibilidade para a causa dos refugiados. Mais uma vez a existência de uma competição específica para refugiados foi mencionada.

O torneio existe para sermos ouvidos, para termos espaço. Ao fim, tudo foi muito positivo, afinal tínhamos muita atenção das mídias. Acredito que fomos ouvidos, afinal, ninguém quer ser um refugiado, ninguém quer sair de maneira voluntária de sua própria casa e vir para o Brasil. Através da Copa dos Refugiados, tentávamos expressar esse sentimento de maneira genuína (Participante 1).

O quarto tema – futebol com desenvolvedor de vínculos, relacionamentos e amizades – foi bastante mencionado pelos entrevistados que têm a prática do futebol no seu cotidiano. Eles dizem que o esporte tem sido um importante desenvolvedor de vínculos, relacionamentos e amizades. Ager e Strang (2008) mostram a importância da relação com grupos distintos, as chamadas pontes sociais, uma vez que, se uma comunidade estiver integrada, os elementos desta participarão igualmente e sem preconceitos das atividades de lazer disponíveis. O esporte pode facilitar laços sociais (entre pessoas de uma mesma nacionalidade que agora se encontram como refugiados no Brasil), pontes sociais (entre refugiados e moradores locais) e vínculos sociais (entre refugiados e o Estado).

Ager e Strang (2008) apoiam o contato social com comunidades locais que reflete “amizade”, ou seja, um envolvimento mais caloroso com os nativos como um importante ponte social. Os entrevistados confirmaram isto. “Através do futebol pude fazer amigos,

conhecer lugares e entender como se portar diante da rotina brasileira. Mesmo sendo muito tímido, consegui fazer parte da comunidade” (Participante 3). O participante 2 adicionou que “(...) através de meus amigos do esporte, fiz amigos de outras áreas também. Me desenvolvi culturalmente e pude entender melhor sobre a sociedade brasileira, seus vários seguimentos profissionais e culturais”.

O futebol pode ser ainda peça fundamental do lazer individual, que é o quinto e último tema positivo abordado. Segundo Stone (2013), ao praticar futebol, o indivíduo que o executa pode aliviar suas pressões da vida diária na atividade física, na medida em que o jogo produz emoções e traz experiências que podem ser positivas e reflexivas. Complementando, Shilling (2012) diz que a posse da bola no pé é uma forma de capital físico, já que chutar uma bola proporciona um espaço de familiaridade, confidencialidade e até mesmo liberdade no sentido de movimento e fluxo.

Durante as entrevistas, o relato de que o cotidiano seria prejudicado pela falta do futebol foi muito presente. “Uma vez me machuquei e estive depressivo. Penso que minha vida seria muito triste, ficaria estressado [sem o futebol]. O futebol para mim é uma terapia” (Participante 3). Ainda sobre o mesmo tema, o participante 4 disse: “Espero o final de semana para poder jogar futebol e acredito que minha vida seria muito chata sem praticá-lo. Gosto de tudo o que o futebol oferece, ou seja, competitividade, amizade”.

Um ponto importante revelado nas entrevistas é que o futebol pode ser um integrador social não apenas para praticantes do esporte, mas também para espectadores/torcedores. A vivência do futebol através da presença em jogos nos estádios, assisti-los na TV e ter algum time local de identificação esteve presente nas falas dos entrevistados que possuem e que não possuem acesso ao futebol em sua rotina como ponto importante de divertimento e lazer. “Não é apenas o jogo que me interessa e sim tudo que envolve uma partida de futebol: chegar mais cedo ao estádio, ver a torcida, encontrar as pessoas. O futebol é meu passatempo nas

horas livres, tanto para jogar quanto para assistir (Participante 1). O participante 7 relatou o seguinte: “Sempre que tenho oportunidade vou a jogos com meus amigos. É muito divertido e tenho o consumo do futebol como um verdadeiro hobby. Gosto muito dos times paulistas e dos grandes jogadores que o Brasil teve em sua história, como Ronaldo e Ronaldinho Gaúcho”.

4.2 Aspectos Negativos do Uso do Futebol como Ferramenta para Integração Social de Refugiados

Dentre os fatores negativos para a integração social dos refugiados, dois temas sintetizam as opiniões dos entrevistados: (1) o futebol como evidenciador do racismo e da discriminação social e racial e (2) a dificuldade da prática do futebol devido logística e ausência de locais adequados para o esporte.

O primeiro o ponto negativo mais mencionado durante as entrevistas foi o futebol como evidenciador do racismo e da discriminação social e racial. Spaaij (2017) aponta que a discriminação é um fator importante que tem a capacidade de atuar como uma barreira à participação de refugiados no esporte e na atividade física. O esporte tem a capacidade de assumir um papel opressor ao mesmo tempo em que promove a integração. Segundo Spaaij (2015) e O’Driscoll et al. (2014), quem já o pratica pode sentir-se alienado ou marginalizado em seu novo ambiente quando novos sujeitos são introduzidos no seu grupo de participantes. Em geral, o nível de capacidade e habilidades físicas presentes são importantes pontos de exclusão de novos participantes, como apontam Dudik, McDonald e Spaaij (2017). Nos resultados do presente estudo, isto pode ser visto na prática na fala do participante 1: “Muitas vezes, fui o último a ser escolhido para os times devido a crença de que eu não tenha habilidade e agilidade, apenas força física. Muitos brasileiros xingam com frequência quando deparam com nosso estilo.” O participante 6 adicionou que: “Somos rápidos, mais

fortes e o brasileiro é mais técnico. Muitas pessoas disseram para mim que somos mais rápidos porque passamos a vida na selva, correndo de leões e subindo em árvores”.

Baker-Lewton et al. (2017, p. 1097) descrevem o racismo como “uma força social histórica e contínua que coloca sérios desafios à pertença de jovens de origem refugiada”. O participante 2 relata sua experiência diante do racismo: “Disse em voz alta que um homem vindo da África não poderia receber o privilégio da camisa 10.” Um outro exemplo foi encontrado na entrevista do participante 7: “Passei por situações tristes que estavam relacionadas ao preconceito diante de minha cor, ou maneira de falar”. Baker-Lewton et al. (2017) oferecem algumas sugestões para administrar o problema da discriminação de refugiados durante práticas esportivas. Entre estas se destacam a busca em oferecer ambientes inclusivos nos quais pessoas de origens de refugiados possam participar de uma maneira segura, agradável e culturalmente conveniente. É exigido entender o processo mútuo, requerente de adaptação e respeito por parte tanto dos indivíduos do assentamento quanto da sociedade em geral (SPAIIJ, 2013). A discriminação dos refugiados ilustra uma falha no gerenciamento dos programas de futebol para refugiados em São Paulo. Para um melhor entendimento mútuo entre refugiados e locais, evitando a discriminação, uma sugestão seria uma avaliação mais profunda de como estes programas têm sido gerenciados. Por exemplo, se sabe muito pouco sobre quem está a frente de tais programas e como estes são gerenciados. Como um primeiro passo, uma sugestão para estudos futuros é o mapeamento dos programas e de seus gerentes. Espera-se que ao se entender como estes programas têm sido gerenciados, possa-se fazer sugestões para o seu aprimoramento, incluindo sugestões para diminuir a discriminação e melhorar a inserção social dos refugiados.

O segundo ponto negativo é a dificuldade da prática do futebol devido logística e ausência de locais adequados para o esporte, o que também pode ser descrito como barreiras

estruturais à participação no esporte e na atividade física de migrantes e refugiados. Spaaij e Schailée (2020) apontam que os indivíduos podem encontrar ambientes esportivos não familiares ou negativos; falta de conhecimento sobre possíveis oportunidades de participação; custo alto e dificuldade no transporte. O participante 11 traz um ponto importante: “Já aqui no Brasil está muito difícil, porque não temos programas que nos ajudam a jogar, quando consigo jogo com meus amigos em praças, ruas. Não há locais próprios. Gostaria de jogar com mais frequência em lugares melhores, uma quadra ou campo, por exemplo”. O participante 10 não tem acesso a programas esportivos e segundo ele: “No Brasil sinto muita dificuldade em praticar esportes. Foram raras as vezes que consegui e já estou no Brasil há dois anos. Não existem muitas estruturas que recebem de braços abertos pessoas de outros países por aqui.”

O participante 4, que fez parte da organização da Copa dos Refugiados, traz que são inúmeros empecilhos para a realização do evento esportivo para refugiados. “De certa forma, fazemos isso de maneira informal, mas é muito difícil mantermos uma sequência, pela logística de nossos amigos e pela dificuldade financeira”. As barreiras estruturais para a prática do futebol e para a realização de competições para refugiados revelam mais uma faceta do problema do gerenciamento do esporte como instrumento de integração social para refugiados em São Paulo. A Copa dos Refugiados é o maior projeto no âmbito de integração deste tipo, é um evento que conta com certa estrutura, com um bom número de patrocinadores que possuem o selo da ONU, e visibilidade das mídias espontâneas para a pauta de imigração e refúgio no Brasil. Contudo, mesmo com certa estrutura e apoio financeiro, pode-se notar que ainda falta um melhor gerenciamento do torneio para que ele se transforme num instrumento mais efetivo de inclusão. Os refugiados não mencionaram nenhuma outra competição. Pode ser porque elas ainda não existem, ou se existem ainda não representam um instrumento importante (pelo menos na visão dos entrevistados). Contudo,

se o mais visível dos torneios foi mencionado como algo que ainda tem espaço para melhorar, mesmo que existam torneios menores, a possibilidade é grande de que estes também carecem de um melhor gerenciamento para serem usados como instrumentos efetivos de inserção social de refugiados.

Para além de competições e torneios organizados, o ponto mais importante notado através das entrevistas foi a falta de estrutura para a prática como uma atividade de lazer corriqueira. Neste ponto, um gerenciamento coordenado entre órgãos do governo que deveriam ajudar na inserção social de refugiados e a sociedade civil poderia ajudar. Por exemplo, as universidades através das escolas de educação física e esporte da cidade de São Paulo e seus cursos de gestão do esporte poderiam atuar junto ao governo para mapear e identificar forças e áreas para melhoria nos programas esportivos para refugiados. Um outro exemplo de ação conjunta seria a integração do setor público com as organizações não governamentais que auxiliam refugiados. Na presente pesquisa, a ADUS representa uma destas organizações. Apesar da ADUS não ter programas esportivos (focando mais no ensino da língua portuguesa e capacitação e geração de renda) os refugiados que são atendidos por ela demonstraram interesse em praticar o futebol e enxergam o potencial que o esporte tem para criação de ponte, laços e vínculos sociais (AGER; STRANG, 2008), que são três importantes chaves de integração social no modelo conceitual proposto pelos autores.

5 CONCLUSÕES

O presente trabalho se baseou no modelo conceitual de Ager e Strang (2008) que procura definir a integração social através de uma estrutura que sugere quatro temas gerais e dentro deles, dez domínios principais que refletem entendimentos normativos de integração. O tema geral focado neste trabalho foi a conexão social e seus domínios: pontes sociais, laços sociais e vínculos sociais, pois a revisão de literatura evidenciou que o esporte poderia ser um elemento eficiente para que os refugiados se insiram na nova comunidade. Isso não nega a importância de todos os outros temas para se entender a integração social de refugiados.

Então, através de entrevistas remotas, procurou-se entender a opinião dos refugiados frente a programas de futebol como ferramenta de integração social no Brasil. Sete temas principais resumiram a opinião dos refugiados a partir de uma análise temática (BRAUN; CLARKE, 2006); sendo cinco temas que denotam aspectos positivos (futebol como meio do aprendizado ou aperfeiçoamento da língua portuguesa, futebol como intercâmbio cultural, futebol como instrumento de visibilidade para as causas dos refugiados, futebol como desenvolvedor de vínculos, relacionamentos e amizades, e futebol como peça fundamental de lazer) e dois aspectos negativos (o futebol como evidenciador do racismo e da discriminação social e racial e a dificuldade da prática do futebol devido logística e ausência de locais adequados para o esporte).

A partir da análise destes temas, a presente pesquisa concluiu o esporte pode ser um elemento eficiente para que os refugiados se insiram numa nova comunidade. Os aspectos positivos estiveram mais presentes nas falas dos participantes. Os entrevistados discorreram espontaneamente mais sobre os aspectos positivos do que sobre os negativos. A literatura segue a mesma tendência, em geral, sinalizando para os aspectos positivos do esporte para integração social (ANDERSON et al. 2019; KNAPPE, COLLEDGE, GERBER, 2019;

SPAAJ et al. 2019). Uma importante contribuição da presente pesquisa foi mostrar que os refugiados não estão alheios aos aspectos negativos (discriminação social e racial, e dificuldade de logística) que envolvem prática do esporte, em geral, e do futebol, em específico. Num balanço entre aspectos positivos e negativos, dentre os que têm acesso a programas de futebol, ficou evidente que o esporte tem impacto positivo em suas rotinas e dentre aqueles que não possuem, houve grande interesse em participar dos programas de futebol. Ou seja, o entendimento dos refugiados acerca do futebol foi de que este pode auxiliar na integração social à sociedade brasileira.

Segundo Ager e Strang (2008), a integração é um objetivo político declarado quando relacionado diretamente para projetos que trabalham com refugiados. Sendo assim, os autores acreditam que o modelo conceitual atua como forma de facilitar a discussão sobre percepções de integração que são acessíveis a todos os envolvidos. Neste estudo, as entrevistas mostraram que o futebol pode auxiliar na criação de pontes, laços e vínculos sociais. Para aprimorar o papel do futebol com criador/desenvolvedor destes elementos, o primeiro passo seria a ampliação de programas esportivos, para que mais refugiados possam ter acesso ao esporte e terem maiores chances de inseridos na sociedade brasileira mais rápida e eficazmente. Um segundo e fundamental passo, seria aprimorar o gerenciamento de tais programas, de forma a diminuir os fatores negativos aqui apresentados. Uma sugestão para estudos futuros é o mapeamento dos programas e de seus gerentes. Espera-se que ao se entender como estes programas têm sido gerenciados, possa-se fazer sugestões mais específicas para o seu aprimoramento.

A falta de estrutura para a prática como uma atividade de lazer corriqueira pode ser resolvida com um gerenciamento coordenado entre órgãos do governo que deveriam ajudar na inserção social de refugiados e a sociedade civil. Como sugerido na discussão, as universidades através das escolas de educação física e esporte da cidade de São Paulo e seus

cursos de gestão do esporte poderiam atuar junto ao governo para mapear e identificar forças e áreas para melhoria nos programas esportivos para refugiados. A partir deste mapeamento, o governo teria instrumentos mais concretos para pautar suas políticas de integração de refugiados através do esporte.

Um outro exemplo de ação conjunta seria a integração do setor público com as organizações não governamentais que auxiliam refugiados. Na presente pesquisa, os refugiados contatados a partir da ADUS demonstraram interesse em praticar o futebol e enxergam o potencial que o esporte tem para criação de ponte, laços e vínculos sociais (AGER; STRANG, 2008). Os refugiados contatados a partir da África do Coração revelaram áreas com potencial para aprimoramento do uso de torneios de futebol para a integração. Refugiados de ambos os grupos indicaram uma carência de programas de prática esportiva que possam prover suas necessidades de lazer. Assim, para além do uso de torneios organizados de futebol para refugiados, a principal carência parecer uma política de uso do esporte para inserção dos refugiados à sociedade brasileira. Uma sugestão final seria uma política de programas esportivos inclusivos, para todos que tiverem interesse.

Como toda pesquisa, esta também apresenta algumas limitações. Primeiro, apenas uma cidade brasileira foi investigada. Pode ser que outras cidades tenham programas mais estruturados para o uso do esporte como ferramenta de integração social de refugiados. Segundo, um número limitado de refugiados foi entrevistado. Um número maior de entrevistados poderia trazer diferente perspectivas para o ponto do futebol enquanto integrador social. Terceiro, duas ONGs forneceram contatos para que refugiados fossem entrevistas. Apesar de estas serem duas importantes ONGs no trabalho com refugiados na cidade de São Paulo, é possível que refugiados que fazem parte de outras ONGs tenham percepções diferentes acerca do esporte. Por fim, uma delimitação do estudo é o fato de que apenas homens adultos foram entrevistados. Apesar de ter sido uma opção consciente,

justificável pelo fato de programas de futebol para refugiados no país serem exclusivamente para homens (como exemplo maior pode-se citar a Copa dos Refugiados), estudos futuros devem incluir a percepção de mulheres acerca do esporte como integrador social.

REFERÊNCIAS

- ABUR, W. **Settlement strategies for the South Sudanese community in Melbourne: an analysis of employment and sport participation.** 2018. 122 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Victoria University, Victoria, Australia, 2018.
- ACNUR. **Dados sobre o refúgio no Brasil.** ACNUR Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>
Acesso em: 15 jul. 2020.
- AGERGAARD, Sine. **Rethinking sports and integration: developing a transnational perspective on migrants and descendants in sports.** Londres: Routledge, 2018.
- AGER, Alistair; STRANG, Alison. **The Experience of Integration: A qualitative study of refugee integration in the local communities of Pollocks haws and Islington.** Research Development and Statistics Directorate, Home Office, 2004.
- AGER, Alastair; STRANG, Alison. Understanding integration: A conceptual framework. **Journal of refugee studies**, v. 21, n. 2, p. 166-191, 2008.
- AMARA, Mahfoud et al. The roles of sport and education in the social inclusion of asylum seekers and refugees: An evaluation of policy and practice in the UK. **Loughborough: Institute of Sport and Leisure Policy, Loughborough University and Stirling University**, 2005.
- ANDERSON, Arden et al. Managerial perceptions of factors affecting the design and delivery of sport for health programs for refugee populations. **Sport Management Review**, v. 22, n. 1, p. 8095, 2019.

APRIADI, Apriadi; YULIANTORO, Nur Rachmat. Perlindungan Hak Asasi Manusia

Pengungsi Lintas Batas di Rumah Detensi Imigrasi (Rudenim) Indonesia (Studi kasus: Rudenim Surabaya). **TRANSBORDERS: International Relations Journal**, v. 2, n. 1, p. 26-43, 2018.

AZEVÊDO, Paulo Henrique. O Esporte como Negócio: uma visão sobre a gestão do esporte

nos dias atuais. **Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde**, v. 36, n. 5, p. 929-939, 2009.

BAKER-LEWTON, Alison et al. 'I haven't lost hope of reaching out...': exposing racism in

sport by elevating counternarratives. **International journal of inclusive education**, v. 21, n. 11, p. 1097-1112, 2017.

BAKEWELL, Oliver. Research beyond the categories: The importance of policy irrelevant

research into forced migration. **Journal of Refugee Studies**, v. 21, n. 4, p. 432-453, 2008.

BLACK, Richard. Fifty years of refugee studies: From theory to policy. **International**

migration review, v. 35, n. 1, p. 57-78, 2001.

BLANCHARD, Alexandra Mary Knight. **More than a Game?** Exploring Sport's Role in

Refugee and Asylum-Seeker Settlement in Glasgow, Scotland. 2018.

BLOCH, Alice; LEVY, Carl (Ed.). **Refugees, citizenship and social policy in Europe.**

Springer, 1999.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer

entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

- BOURDIEU, Pierre. The economics of linguistic exchanges. **Information (International Social Science Council)**, v. 16, n. 6, p. 645-668, 1977.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc JD. **An invitation to reflexive sociology**. University of Chicago press, 1992.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- BROERSE, Jora. “How Do We Put Him in the System?”: Client Construction at a Sport-Based Migrant Settlement Service in Melbourne, Australia. **Social Inclusion**, v. 7, n. 1, p. 238-247, 2019.
- BUNDE-BIROUSTE, Anne. **Kicking goals for social change: An autoethnographic study exploring the feasibility of developing**. 013.
- CARTER, Thomas F. et al. **In foreign fields: the politics and experiences of transnational sport migration**. Pluto Press, 2011.
- CASTLES, Stephen et al. Integration: Mapping the Field, Report of a project carried out by the Centre for Migration and Policy Research and Refugee Studies Centre. **University of Oxford**, 2001.
- COLLINS, Mike; HAUDENHUYSE, Rein. Social exclusion and austerity policies in England: The role of sports in a new area of social polarisation and inequality? **Social inclusion**, v. 3, n. 3, p. 5-18, 2015.
- CONARE. Refúgio em Números e Publicações. 2019. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros> Acesso em: 15 jul. 2020.

- CORTIS, Natasha. Social inclusion and sport: Culturally diverse women's perspectives. **Australian journal of social issues**, v. 44, n. 1, p. 91-106, 2009.
- DHILLON, Karamjeet K. e CENTEIO, Erin E. e DILLON, Suzanna. Drumming and dancing: creative movement for Convention refugee youth in a physical activity space. **Sport, Education and Society**, v. 25, n. 3, p. 318–331, 2020.
- DINIZ, Janguê. **Educação e esportes como ferramentas de integração social**. 21/02/2018. Disponível em: < <http://www.leiaja.com/coluna/2018/02/21/educacao-e-esportes-comoferramentas-de-integracao-social>> Acesso em: 15 agosto 2018
- DOMINGUEZ, Juliana Arantes; BAENINGER, Rosana. Programa de reassentamento de refugiados no Brasil. **Anais**, p. 1-14, 2016.
- DONNELLY, Peter; NAKAMURA, Yuka. Sport and multiculturalism: A dialogue. **Toronto, ON: Centre for Sport and Policy Studies, University of Toronto**, 2006.
- DOIDGE, Mark. Refugees united. **Transforming Sport: Knowledges, Practices, Structures**, p. 2, 2018.
- DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, n. 24, p. 213-225, 2004.
- DUKIC, Darko; MCDONALD, Brent; SPAAIJ, Ramón. Being able to play: Experiences of social inclusion and exclusion within a football team of people seeking asylum. **Social Inclusion**, v. 5, n. 2, p. 101-110, 2017.

ECRE. **Bridges and Fences to Integration**: Refugee Perceptions of Integration in the European Union. Task Force on Integration. Available at http://www.refugeenet.org/pdf/bridges_fences.pdf, 1999.

EUROPEAN COMMISSION (2007) **Handbook on Integration for Policymakers and Practitioners** (2nd edn). European Commission, DG Justice, Freedom and Security: Brussels. Available at: http://europa.eu/comm/justice_home/.

EUROPEAN COMMISSION **Results Published**: Call for Proposals “Sport as a Tool for Integration and Social Inclusion of Refugees”. Retrieved from https://ec.europa.eu/sport/news/2018/results-published-call-proposals-sport-tool-integration-and-social-inclusion-refugees_en (accessed May 14, 2019).

EVERS, Clifton. Intimacy, sport and young refugee men. **Emotion, Space and Society**, v. 3, n. 1, p. 56-61, 2010.

GABRIELATOS, Costas; BAKER, Paul. Fleeing, sneaking, flooding: A corpus analysis of discursive constructions of refugees and asylum seekers in the UK press, 1996-2005. **Journal of English linguistics**, v. 36, n. 1, p. 5-38, 2008.

GUERIN, Pauline B. et al. Physical activity programs for refugee Somali women: working out in a new country. **Women & Health**, v. 38, n. 1, p. 83-99, 2003.

HALE, Samantha. The reception and resettlement of Vietnamese refugees in Britain. In: **The international refugee crisis**. Palgrave Macmillan, London, 1993. p. 273-292.

HARTLEY, Lisa; FLEAY, Caroline; TYE, Marian E. Exploring physical activity engagement and barriers for asylum seekers in Australia coping with prolonged uncertainty and no right to work. **Health & Social Care in the Community**, v. 25, n. 3, p. 1190-1198, 2017.

- HASHIMOTO-GOVINDASAMY, L. S.; ROSE, Vanessa. An ethnographic process evaluation of a community support program with Sudanese refugee women in western Sydney. **Health Promotion Journal of Australia**, v. 22, n. 2, p. 107-112, 2011.
- HATHAWAY, James C. Forced Migration Studies: Could We Agree Just to 'Date'?. **Journal of Refugee Studies**, v. 20, n. 3, p. 349-369, 2007.
- HERTTING, Krister; KARLEFORS, Inger. Sport as a context for integration: Newly arrived immigrant children in Sweden drawing sporting experiences. **International Journal of Humanities and Social Science**, v. 3, n. 18, p. 35-44, 2013.
- HYNIE, Michaela. Refugee integration: Research and policy. **Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology**, v. 24, n. 3, p. 265, 2018.
- JEANES, Ruth; O'CONNOR, Justen; ALFREY, Laura. Sport and the resettlement of young people from refugee backgrounds in Australia. **Journal of Sport and Social Issues**, v. 39, n. 6, p. 480-500, 2015.
- JUBILUT, Liliana Lyra. Refugee law and protection in Brazil: a model in South America? **Journal of Refugee Studies**, v. 19, n. 1, p. 22-44, 2006.
- JUBILUT, Liliana Lyra. Enhancing refugees' integration: new initiatives in Brazil. **Forced Migration Review**, v. 35, p. 46-47, 2010.
- JURKOVIĆ, Rahela et al. Migranti i sport: nogomet kao prostor integracije izbjeglica u Hrvatskoj. **Гласник Етнографског института САНУ**, v. 66, n. 3, p. 477-491, 2018.

- KNAPPE, Florian; COLLEDGE, Flora; GERBER, Markus. Impact of an 8-week exercise and sport intervention on post-traumatic stress disorder symptoms, mental health, and physical fitness among male refugees living in a Greek refugee camp. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 16, n. 20, p. 3904, 2019.
- LEY, Clemens; RATO BARRIO, Maria; KOCH, Andreas. “In the Sport I Am Here”: therapeutic processes and health effects of sport and exercise on PTSD. **Qualitative Health Research**, v. 28, n. 3, p. 491-507, 2018.
- LEY, Clemens; BARRIO, María Rato. Promoting health of refugees in and through sport and physical activity: a psychosocial, trauma-sensitive approach. In: **An Uncertain Safety**. Springer, Cham, 2019. p. 301-343.
- MAGUIRE, Joseph. Sport and migration. **The Encyclopedia of Global Human Migration**, 2013.
- MCDONALD, Brent; RODRIGUEZ, Lena. ‘It's our meal ticket’: Pacific bodies, labour and mobility in Australia. **Asia Pacific Journal of Sport and Social Science**, v. 3, n. 3, p. 236-249, 2014.
- MILA-SCHAAF, Karlo; ROBINSON, Elizabeth. Polycultural’capital and educational achievement among NZ-born Pacific peoples. **Mai Review**, v. 1, p. 1-18, 2010.
- MOHAMMADI, Shahrzad. Social inclusion of newly arrived female asylum seekers and refugees through a community sport initiative: the case of Bike Bridge. **Sport in Society**, v. 22, n. 6, p. 1082-1099, 2019
- MOREIRA, Julia Bertino et al. **Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)**. 2012.

- MOREIRA, Julia Bertino. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 22, n. 43, p. 85-98, 2014.
- MOREIRA, Julia Bertino; BAENINGER, Rosana. Local integration of refugees in Brazil. **Forced Migration Review**, n. 35, p. 48, 2010.
- MURRAY, Kate. Sport across cultures: applications of the human capital model in refugee communities. **Journal of physical activity & health**, v. 11, n. 4, p. 681-682, 2014.
- NATHAN, Sally et al. Social cohesion through football: a quasi-experimental mixed methods design to evaluate a complex health promotion program. **BMC Public Health**, v. 10, n. 1, p. 587, 2010.
- NATHAN, Sally et al. “We wouldn’t of made friends if we didn’t come to Football United”: the impacts of a football program on young people’s peer, prosocial and cross-cultural relationships. **BMC public health**, v. 13, n. 1, p. 399, 2013.
- NDOFOR-TAH, Caroline et al. **Home office indicators of integration framework 2019**. 2019.
- NEUMANN, Klaus et al. Refugee settlement in Australia: policy, scholarship and the production of knowledge, 1952– 2013. **Journal of Intercultural Studies**, v. 35, n. 1, p. 1-17, 2014.
- NORTHCOTE, Jeremy; CASIMIRO, Suzy. A critical approach to evidence-based resettlement policy: Lessons learned from an Australian Muslim refugee sports program. **Tamara: Journal for Critical Organization Inquiry**, v. 8, n. 2, 2009.

- O'DRISCOLL, Téa et al. A systematic literature review of sport and physical activity participation in culturally and linguistically diverse (CALD) migrant populations. **Journal of Immigrant and Minority Health**, v. 16, n. 3, p. 515-530, 2014.
- O'DRISCOLL, Tea. **Exploring cultural variables affecting sport and physical activity behaviours of Karen refugees in Australia: applying a culturally specific approach to active lifestyles**. 2016. Tese de Doutorado. Victoria University.
- OLLIFF, Louise et al. Playing for the future: the role of sport and recreation in supporting refugee young people to 'settle well' in Australia. **Youth Studies Australia**, v. 27, n. 1, p. 52, 2008.
- PALMER, Catherine. Soccer and the politics of identity for young Muslim refugee women in South Australia. **Soccer & Society**, v. 10, n. 1, p. 27-38, 2009.
- PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, v; 6, p. 7-24, 2006.
- PIZZOLATI, Micol; STERCHELE, Davide. Mixed sex in sport for development: a pragmatic and symbolic device. The case of touch rugby for forced migrants in Rome. **Sport in Society**, v. 19, n. 8-9, p. 1267-1288, 2016.
- PUTNAM, Robert. The prosperous community: Social capital and public life. **The American Prospect**, v. 13, n. Spring), Vol. 4. Available online: <http://www.prospect.org/print/vol/13> (accessed 7 April 2003, 1993).
- RAVAGLIA, Franco. **L'Inclusione sociale dei richiedenti asilo tramite lo sport: l'esempio della Polisportiva San Precario**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Università Ca'Foscari Venezia.

- REIS, Rossana Rocha. A política do Brasil para as migrações internacionais. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 1, p. 47-69, 2011.
- RENZAHO, Andre MN; MCCABE, Marita; SWINBURN, Boyd. Intergenerational differences in food, physical activity, and body size perceptions among African migrants. **Qualitative health research**, v. 22, n. 6, p. 740-754, 2012.
- ROBINSON, V. Defining and measuring successful refugee integration. proceedings of ecre international conference on integration of refugees in Europe. **Antwerp November 1998**.
- ROBINSON, Daniel B. et al. The Syrian Canadian sports club: a community-based participatory action research project with/for Syrian youth refugees. **Social Sciences**, v. 8, n. 6, p. 163, 2019.
- ROCHA, Cláudio Miranda da; BASTOS, Flávia da Cunha. Gestão do esporte: definindo a área. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 25, n. SPE, p. 91-103, 2011.
- SEIBERTH, Klaus et al. Flüchtlinge als neue Zielgruppe des organisierten Sports. Eine Pilotstudie zur Entwicklung von Integrationsprojekten für Geflüchtete in Sportvereinen. **Z'Flucht. Zeitschrift für Flucht-und Flüchtlingsforschung**, v. 2, n. 2, p. 262-291, 2018.
- SHILLING, Chris. **The body and social theory**. Sage, 2012.
- SINGER, Paul. **Migrações internas: Considerações teóricas sobre seu estudo** In: Economia política da urbanização. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- SOARES, Weber. **Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. 2002.

SOINI, Katriina; BIRKELAND, Inger. Exploring the scientific discourse on cultural sustainability. **Geoforum**, v. 51, p. 213-223, 2014.

SPAAIJ, Ramón. Beyond the playing field: Experiences of sport, social capital, and integration among Somalis in Australia. **Ethnic and Racial Studies**, v. 35, n. 9, p. 1519-1538, 2012.

SPAAIJ, Ramón. Cultural diversity in community sport: An ethnographic inquiry of Somali and Australians' experiences. **Sport Management Review**, v. 16, n. 1, p. 29-40, 2013.

SPAAIJ, Ramón; MAGEE, Jonathan; JEANES, Ruth. **Sport and social exclusion in global society**. Routledge, 2014.

SPAAIJ, Ramón. Refugee youth, belonging and community sport. **Leisure Studies**, v. 34, n. 3, p. 303-318, 2015.

SPAAIJ, Ramon; OXFORD, Sarah. SDP and forced displacement. 2019. In SPAAIJ, Ramón et al. Sport, refugees, and forced migration: A critical review of the literature. **Frontiers in Sports and Active Living**, v. 1, p. 47, 2019.

SPAAIJ, Ramón; SCHAILLÉE, Hebe. Community-driven sports events as a vehicle for cultural sustainability within the context of forced migration: Lessons from the Amsterdam futsal tournament. **Sustainability**, v. 12, n. 3, p. 1020, 2020.

STACK, Julie AC; IWASAKI, Yoshitaka. The role of leisure pursuits in adaptation processes among Afghan refugees who have immigrated to Winnipeg, Canada. **Leisure Studies**, v. 28, n. 3, p. 239-259, 2009.

STONE, C. Football A Shared Sense of Belonging. **Sheffield: FURD**, 2013.

STONE, Chris. Utopian community football? Sport, hope and belongingness in the lives of refugees and asylum seekers. **Leisure Studies**, v. 37, n. 2, p. 171-183, 2018.

STURA, Claudia. “What makes us strong”—the role of sports clubs in facilitating integration of refugees. **European Journal for Sport and Society**, v. 16, n. 2, p. 128-145, 2019.

TAYLOR, Trevor et al. Sport and international relations: a case of mutual neglect. **The politics of sport**, p. 27-48, 1986.

UPTIN, J., Wright, J., and Harwood, V. ‘It felt like I was a black dot on white paper’: examining young former refugees’ experience of entering Australian high schools. **Australian Education Research**, v. 40, 125–137. doi: 10.1007/s13384-012-0082-8, 2013.

VAINER, Carlos B. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. **Anais**, p. 819-835, 2016.

VARGEM, Alex André. Amnesty for clandestine refugees in Brazil. **Forced Migration Review**, n. 35, p. 47, 2010.

WOOLCOCK, Michael. Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and society**, v. 27, n. 2, p. 151-208, 1998.